



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL SEEDF  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA  
ESCOLA CLASSE 100 DE SANTA MARIA

## Projeto Político Pedagógico 2024



*Aprendendo a conhecer, a fazer, a viver e a ser.*

Santa Maria – DF  
2024

## SUMÁRIO

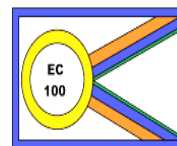
|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 – Identificação .....</b>  | <b>04</b> |
| <b>2 – Apresentação .....</b>   | <b>05</b> |
| <b>3 – Histórico da Unidade Escolar .....</b>   | <b>07</b> |
| <b>4 – Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar .....</b>  | <b>11</b> |
| <b>5 – Função Social da Escola .....</b>  | <b>17</b> |
| <b>6 – Missão da Unidade Escolar .....</b>  | <b>19</b> |
| <b>7 – Princípios Orientadores da Prática Educativa .....</b>   | <b>20</b> |
| <b>8 – Metas da Unidade Escolar .....</b>   | <b>22</b> |
| <b>9 – Objetivos .....</b>  | <b>23</b> |
| <b>9.1 -Objetivo Geral .....</b>  | <b>23</b> |
| <b>9.2 -Objetivos Específicos .....</b>   | <b>23</b> |
| <b>10 – Fundamentos Teóricos-metodológicos que Fundamentam a Prática Educativa .....</b>                | <b>26</b> |
| <b>11 – Organização Curricular da Unidade Escolar .....</b>   | <b>28</b> |
| <b>12 – Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar .....</b>                                 | <b>29</b> |
| <b>12.1- Organização dos tempos e espaços .....</b>   | <b>29</b> |
| <b>12.2 - Relação escola-comunidade .....</b>   | <b>31</b> |
| <b>12.3- Relação teoria e prática .....</b>   | <b>31</b> |
| <b>12.4 - Metodologias de ensino .....</b>  | <b>31</b> |
| <b>12.5- Organização da escolaridade: ciclos. ....</b>  | <b>32</b> |
| <b>13 – Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar .....</b> | <b>33</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>14 – Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar</b>  | <b>35</b> |
| <b>14.1- Articulação com os objetivos e as metas do PPP</b>   | <b>39</b> |
| <b>14.2- Articulação com o Currículo em Movimento</b>   | <b>39</b> |
| <b>14.3- Articulação com o PDE e/ ou com o PPA e/ ou com o PEI e/ ou ODS 4</b>  | <b>40</b> |
| <b>15 – Apresentação dos Programas e Projetos Desenvolvidos na Unidade Escolar em Parceria com outras Instituições, Órgãos do Governo e/ou com Organização da Sociedade Civil</b> | <b>41</b> |
| <b>16 – Desenvolvimento do Processo Avaliativo na Unidade Escolar</b>   | <b>41</b> |
| <b>16.1- Avaliação para as aprendizagens</b>  | <b>41</b> |
| <b>16.2- Avaliação em larga escala</b>  | <b>42</b> |
| <b>16.3- Avaliação institucional</b>  | <b>43</b> |
| <b>16.4- Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens</b>   | <b>43</b> |
| <b>16.5- Conselho de Classe</b>   | <b>44</b> |
| <b>16.6- Fórum Permanente de Avaliação da CRE de Santa Maria</b>  | <b>45</b> |
| <b>17 – Papéis e Atuação</b>  | <b>45</b> |
| <b>17.1- Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA)</b>   | <b>46</b> |
| <b>17.2- Orientação Educacional (OE)</b>  | <b>46</b> |
| <b>17.3- Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)</b>   | <b>48</b> |
| <b>17.4- Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário, Jovem Candango, entre outros</b>  | <b>49</b> |
| <b>17.5- Biblioteca Escola (sala de leitura)</b>  | <b>50</b> |

|   |           |
|---|-----------|
| <b>17.6- Conselho Escolar .....</b>   | <b>50</b> |
| <b>17.7- Profissionais Readaptados .....</b>  | <b>50</b> |
| <b>17.8- Coordenação Pedagógica .....</b>   | <b>51</b> |
| <b>17.8.1- Papel e atuação do Coordenador Pedagógico .....</b>                                  | <b>52</b> |
| <b>17.8.2- Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica .....</b>                                  | <b>52</b> |
| <b>17.8.3- Valorização e formação continuada dos profissionais da educação .....</b>            | <b>53</b> |
| <b>18 – Estratégias Específicas .....</b>   | <b>53</b> |
| <b>18.1- Redução do abandono, evasão e reprovação .....</b>                                     | <b>53</b> |
| <b>18.2- Recomposição das aprendizagens .....</b>   | <b>53</b> |
| <b>18.3- Desenvolvimento da Cultura de Paz .....</b>  | <b>53</b> |
| <b>18.4- Qualificação da transição escolar .....</b>  | <b>54</b> |
| <b>19 – Processo de Implementação do PPP .....</b>  | <b>54</b> |
| <b>19.1- Gestão Pedagógica .....</b>  | <b>54</b> |
| <b>19.2- Gestão de Resultados Educacionais .....</b>  | <b>55</b> |
| <b>19.3- Gestão Participativa .....</b>   | <b>55</b> |
| <b>19.4- Gestão de Pessoas .....</b>  | <b>55</b> |
| <b>19.5- Gestão Financeira .....</b>  | <b>55</b> |
| <b>19.6 -Gestão Administrativa .....</b>  | <b>55</b> |
| <b>20 – Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PPP .....</b> | <b>56</b> |
| <b>20.1- Avaliação Coletiva .....</b>   | <b>56</b> |
| <b>20.2- Periodicidade .....</b>  | <b>56</b> |
| <b>20.3- Procedimentos / Instrumentos .....</b>   | <b>56</b> |
| <b>21 – Referências .....</b>   | <b>57</b> |

|                             |           |
|-----------------------------|-----------|
| <b>22 – Apêndices .....</b> | <b>61</b> |
|-----------------------------|-----------|

## 1 – IDENTIFICAÇÃO



|  |   |
|--|---|
| <b>Nome da Unidade Escolar /<br/>Instituição Educacional</b> | Escola Classe 100 de Santa Maria  |
| <b>Coordenação Regional de Ensino</b>                        | Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria   |
| <b>Endereço</b>  | Quadra Qr 100 Conjunto T-1, Área Especial Santa Maria Brasília - DF CEP: 72500-429  |
| <b>Telefone</b>  | 3318-2186   |
| <b>E-mail</b>  | ec100sm@gmail.com   |
| <b>Data da Fundação da UE</b>                                | 07/03/1994  |
| <b>Turnos de Funcionamento</b>                               | Diurno (matutino e vespertino)  |
| <b>Etapas/Modalidades de Ensino Ofertadas</b>                | Educação infantil e Ensino Fundamental I  |
| <b>Escola de Gestão Compartilhada</b>                        | ( ) SIM            ( X ) NÃO  |
| <b>Oferta Educação Integral</b>                              | ( ) SIM            ( X ) NÃO  |
| <b>Equipe Gestora</b>  | <b>Direção</b><br>Carmen Maria de Andrade Saavedra (Diretora)<br>Camila de Jesus Ananias (Vice-diretora)<br><b>Supervisão</b><br>Creusa Fernandes de Menezes (Adm)<br>Ezequiel Cardoso Fagundes (Adm)<br>Jane Brunilda Lampert Braosi (pedag)<br><b>Chefe de Secretaria</b><br>Ismael Vieira de Sousa<br><b>Coordenadores</b><br>Célia Lúcia Patriani<br>Karine Matos de Oliveira<br>Rosangela Gomes de Souza |

## 2 – APRESENTAÇÃO

Antes de ser o cumprimento de uma formalidade legal baseada na Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na legislação educacional e normativos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) vigentes, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Plano Distrital de Educação (PDE) 2015 – 2024, no Plano Plurianual (PPA) 2024 – 2027; no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2023 – 2027, no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 4 (ODS4), na Orientação Pedagógica: Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas, o PPP é um documento flexível e dinâmico que, segundo a portaria nº 139, de 22 de fevereiro de 2024 da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF):

I – evidencia a identidade e a autonomia da unidade escolar, revelando suas concepções filosóficas, sociais, políticas, antropológicas, e pedagógicas;

II – materializa o processo contínuo de reflexão coletiva da realidade da unidade escolar, com vistas à concretização dos objetivos, das metas e da organização do trabalho pedagógico;

III – fortalece a gestão democrática e potencializa a participação, o diálogo e a autonomia de todos os envolvidos no processo educativo; e

IV – reflete a concepção de educação inclusiva e integral no âmbito de todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Com o advento da Lei nº. 4.036 de 25 de outubro de 2007, publicada no DODF nº. 207 de 26/10/2007, que trata da Gestão Democrática nas escolas do Distrito Federal, as participações de todos os atores envolvidos com a educação no âmbito da escola tiveram sua importância redimensionada, tendo em vista que as Instituições de Ensino passaram a ter maior autonomia financeira, administrativa e pedagógica. Essa nova configuração democrática trouxe maior motivação e envolvimento de todos no processo de construção e elaboração deste documento.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;  
VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Este instrumento norteador foi organizado tendo como ponto central a Gestão Democrática: a participação efetiva de toda a comunidade escolar, seu comprometimento com o processo pedagógico e administrativo da escola, com a formação continuada de todos os educadores e com o compromisso de organizar ações para promover igualdade de oportunidades e proporcionar desenvolvimento integral dos estudantes.

Para o ano letivo de 2024 o Projeto Político Pedagógico foi revisado com o objetivo de se adequar às necessidades e atual contexto escolar, e também à proposta do Currículo em Movimento do Distrito Federal, além de outros documentos norteadores. Para isso, toda a comunidade escolar foi mobilizada a participar da análise do PPP para inserir, retirar, ou modificar ações, projetos e propostas que sejam condizentes com as metas e objetivos deste ano de 2024, de forma a nortear o trabalho pedagógico desta Instituição Educacional.

Estes estudos do PPP iniciaram-se durante a semana pedagógica e continuaram em coletivas, através de encontros questionadores e reflexivos sobre o que é educação pública; o que é qualidade social em educação na escola; como podemos traduzir a qualidade social da educação em nossas práticas pedagógicas; quais os valores que orientam nossas práticas pedagógicas; o que significa educar para a sustentabilidade, diversidade, cidadania, e em/para direitos humanos; qual é a função social da escola pública; para que existe a escola pública. Também foram analisados projetos já testados e que deverão permanecer no PPP, além de



sugestões de novos conforme propostas de professores, como no caso de incentivos à leitura onde ficou livre a forma com que cada docente irá desenvolver com a sua turma, além do Projeto de Leitura comum a todos da EC 100.

O Conselho Escolar, como representante de todos os segmentos da comunidade escolar, participou do estudo em alguns encontros. A participação da comunidade foi através das respostas ao questionário online enviado aos responsáveis pelos estudantes.

Este documento possui características normativas e estruturantes do trabalho realizado na instituição, no entanto, precisa ser entendido como um documento vivo, além disso, passível de mudanças e adaptações quando houver necessidade.

### **3 – HISTÓRICO**

A Escola Classe 100 é uma Instituição Pública inaugurada no dia 13 de setembro de 2001, pelo então Governador Joaquim Domingos Roriz. Devido a demanda por reformas em algumas instituições de ensino da Região de Santa Maria o prédio foi emprestado para o Centro de Ensino Fundamental Gesner Teixeira (Regional Gama) no período de 2001 a 2002 e para o Centro de Ensino Fundamental 416 em 2003. Apenas em 2004, através da portaria nº. 106, de 19/04/2004, publicada no DODF nº. 74, de 20/04/2004, processo 080002261/2004, a comunidade da QR 100, pode receber a tão esperada Escola Classe 100. Foram gestores da escola: Maria Aparecida Gomes dos Santos (diretora) e Ana Márcia Ribeiro Sales Rocha (2004); Maria Aparecida (diretora) e Marina Ferreira da Costa (2005); Maria Aparecida (diretora) e Eliane Carvalho de Almeida Rodrigues (2006 e 2007), professor Isnar Dantas Longuinho (diretor) (in memorian) e Divino Carneiro (2008 a 2013). Vera Maria de Jesus Ribeiro (diretora) e Crislene de Carvalho Silva (2014 a 2016 e 2017 a 2019). Vindo indicadas da regional de ensino, em virtude da desistência do mandato das professoras que estavam à frente da gestão da escola nesse período, Carmen Maria de Andrade Saavedra (diretora) e Eliete de Farias Natal trabalharam como gestoras na escola no período de (2019 a 2023);

atualmente, pela gestão democrática atuam Carmen Maria de Andrade Saavedra (diretora) e Camila de Jesus Ananias.

Em março de 2020, as aulas foram suspensas em sua forma presencial devido à crise mundial causada pelo Coronavírus. No decreto nº 40.509, de 11/03, houve a suspensão das aulas por cinco dias. Em seguida no decreto nº 40.520, de 14/03, foi instituído recesso escolar do período de 16/03 a 27/03. Nos decretos nº 40.539 e 40.550 ficou determinada a suspensão das aulas até 05/04, sendo prorrogada novamente no decreto nº 40.583 até o dia 31/05. O decreto nº 40.817, de 22 de maio dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência do novo coronavírus e dá outras providências, e mantém, segundo o art. 2º “a suspensão das atividades educacionais presenciais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada, no âmbito do Distrito Federal”. E, complementado pelo Decreto nº 40.823, de 24 de maio de 2020, que em seu § 5º “Mantém-se suspenso o atendimento em todas as creches do Distrito Federal, em atendimento à decisão judicial proferida na Ação Civil Pública 0000254 - 50.2020.5.10.0007, que tramita na 7ª Vara do Trabalho de Brasília-DF”. Houve o retorno às Atividades Pedagógicas não Presenciais, segundo Termo de Homologação, relativo ao Parecer no 47/2020 - CEDF, que validou o Plano de Gestão Estratégica para a Realização das Atividades. A volta às atividades pedagógicas não presenciais na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, foi publicada no DODF nº 107, de 8/6/2020, página 6, através da publicação da Portaria nº 132/2020, no DODF nº 108, de 9/6/2020, página 2. Durante o período de atividades na forma de Teletrabalho, primeiro aos profissionais de gestão e em seguida aos professores e outros profissionais, todos deveriam seguir os protocolos delineados pela portaria nº 61, de 23 de março. Os professores ficaram com atividades suspensas até o dia 05 de junho, e começaram a atender de forma remota no dia 13 de julho. Durante o período do dia 05/06 ao dia 13/07, os professores participaram de formação oferecida pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação), para se atualizarem sobre como utilizar as ferramentas necessárias para o atendimento remoto aos alunos, bem como planejaram suas atividades e fizeram o acolhimento das famílias e estudantes na plataforma Google Sala de Aula. Os gestores permaneceram em teletrabalho e

presencialmente em forma de escala desde o início da pandemia. Os demais servidores participaram quando necessário presencialmente somente após o retorno do dia 05 de junho. Durante o período da pandemia, a Educação Infantil foi uma das etapas que mais ficou prejudicada por conta do isolamento e distanciamento social. Visto que nesta etapa, uma das principais vertentes é o convívio social, o pertencimento e a responsabilidade com o outro e a natureza. O ensino remoto fez com que as aprendizagens significativas desenvolvidas presencialmente pelos professores fossem se perdendo, pois, os pais acabaram assumindo um papel que não é seu, não tendo formação para auxiliar no aprendizado e nem tempo para isso. Por sua vez, os professores e a equipe gestora tiveram um desgaste físico e emocional devido à grande quantidade de demandas trabalhistas, cursos obrigatórios para o ensino remoto, dentre outros. Com a chegada do ensino presencial/híbrido, em 2021, a comunidade escolar pode adentrar à escola de uma forma mais esperançosa, mas, ao mesmo tempo, preocupada com o desempenho escolar do filho. Mesmo inseguros com o retorno, por conta da Covid-19, as famílias se empenharam em motivar os filhos a frequentarem as aulas e, conseqüentemente, os professores e servidores sentiram a diferença no desenvolvimento das crianças com o retorno presencial, pois demonstraram entusiasmo em participar de todos os espaços e momentos, interesse na execução das tarefas escolares, etc. O ano letivo de 2022 iniciou de maneira presencial no dia 14 de fevereiro, trazendo de volta as atividades nas UEs, porém sendo seguidos todos os protocolos de segurança em relação ao enfrentamento da Covid-19.

Desde o princípio de suas atividades a EC 100 tem buscado se estabelecer como referência para sua comunidade, sempre criando estratégias para que a participação de todos se torne efetiva e colaborativa, construindo uma atuação capaz de transformar sua realidade.

Localizada em zona urbana da cidade de Santa Maria Distrito Federal, a Escola Classe 100 atende aproximadamente 542 alunos nos turnos matutino e vespertino, divididos em:

#### Educação Infantil

- 05 turmas de 1º Período

- 03 turmas de 2º Período

Ensino Fundamental de Nove Anos

- 04 turmas de 1º Ano,
- 04 turmas de 2º Ano
- 07 turmas de 3º Ano
- 04 turmas de 4º Ano
- 04 turmas de 5º Ano

Sendo 21 turmas de Integração inversa, 02 Classes Bílingues Mediadas e 07 classes comuns.

Caracterização física:

- 01 Laboratório de Informática;
- 01 Sala de recursos;
- 01 Depósito de material pedagógico;
- 01 SOE;
- 01 Secretaria;
- 01 Sala do administrativo;
- 01 Mecnografia/ Reprografia;
- 01 Sala de professores;
- 01 Coordenação;
- 01 SEAA;
- 01 Direção;
- 01 Almoxarifado;
- 01 Banheiro professoras;
- 01 Banheiro professores;
- 01 Cozinha;
- 01 Área de serviço;
- 01 Depósito de gêneros alimentícios;
- 01 Banheiro dos servidores;
- 01 Banheiro das servidoras;

- 01 Depósito de material de limpeza;
- 01 Sala de servidores;
- 01 Banheiro das alunas;
- 01 Banheiro dos alunos;
- 01 Copa;
- 01 Sala de monitores e educadores voluntários;
- 01 Sala de leitura;
- 15 Salas de aula;
- 01 Pátio interno;
- 01 Pátio externo;
- 01 Quadra;
- 01 Parque;
- 01 Estacionamento;
- 01 Guarita.

#### **4 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR**

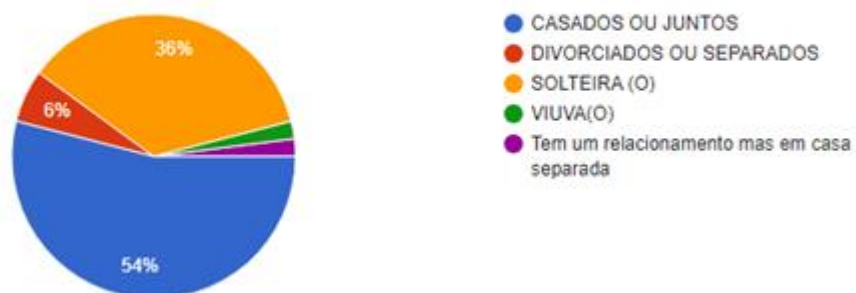
Em 1990, foi instituído o Programa de Assentamento do Governo do Distrito Federal para atender a demanda habitacional de famílias de baixa renda e relocar ocupações irregulares dispersas no DF. No âmbito desse programa, foi criada em 4 de novembro de 1992, pela Lei 348/92 e regulamentada pelo Decreto nº 14.604/93, a RA XIII – Região Administrativa de Santa Maria. A ocupação foi iniciada nas quadras 200 e 308 a 310. Nos anos seguintes, houve a consolidação da ocupação do parcelamento, que se situa entre os ribeirões Alagado e Santa Maria. A EC100 de Santa Maria está localizada em uma quadra que faz fronteira com o município do Novo Gama, e é também uma das escolas de mais fácil acesso para quem vem da cidade de Valparaíso de Goiás. Localizada em uma quadra onde tem muitos espaços ainda ermos, pode-se contemplar vários pontos ainda arborizados, pouco comércio ao redor e conta com uma quadra e espaço recreativo ao lado da escola, onde está neste momento a construção de um estacionamento.

Todos os anos a escola promove uma pesquisa através de formulário enviado para os lares. Essa pesquisa tem com o objetivo traçar um diagnóstico socioeconômico da comunidade onde a escola está inserida, para, em seguida, elencar as demandas, e conseqüentemente elaborar estratégias e projetos para tentar saná-las. Ao analisar as respostas dos entrevistados, foi possível verificar o nível de escolaridade das famílias, o núcleo familiar que o estudante convive, os tipos de moradia bem como o contexto relacionado à segurança no local da residência. Na pesquisa realizada no mês de abril, de 2024, tivemos 50 respostas, trazendo assim uma amostragem dessa realidade. Segue

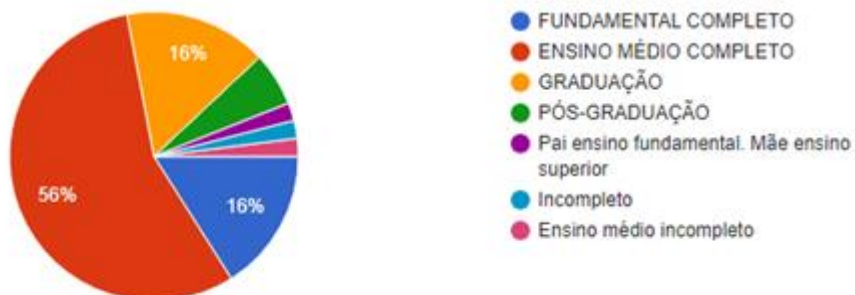
#### COM QUEM O ESTUDANTE RESIDE?



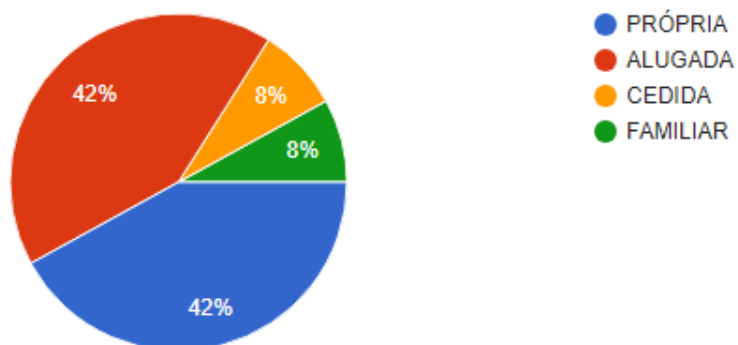
#### ESTADO CIVIL DOS PAIS.



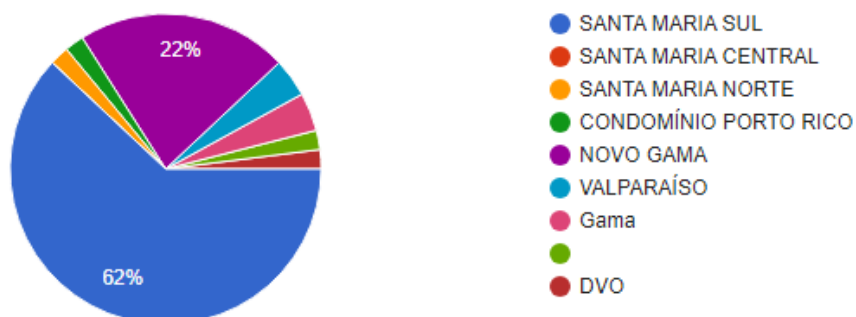
### NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS RESPONSÁVEIS.



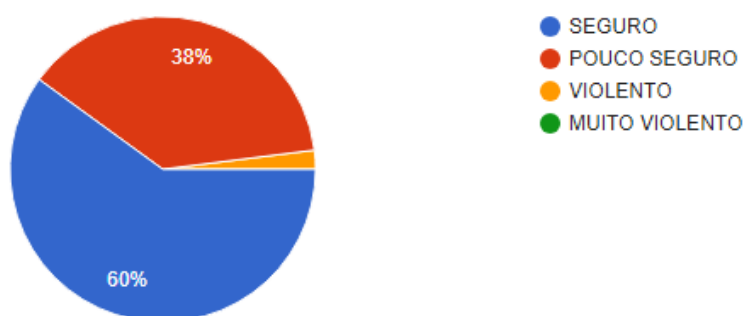
### TIPO DE MORADIA.



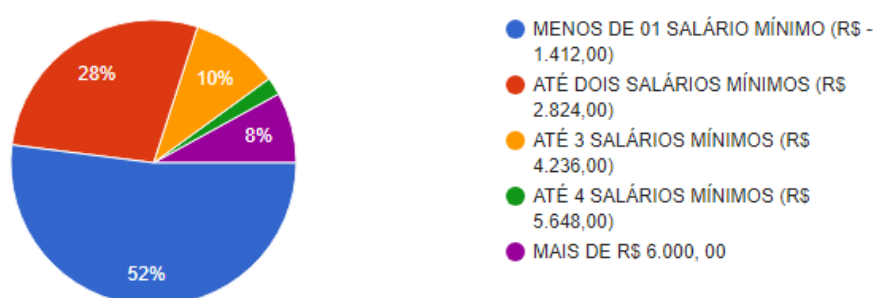
ONDE A FAMÍLIA RESIDE? (Este dado não será utilizado para outros fins, bolsa família, matrícula, etc)



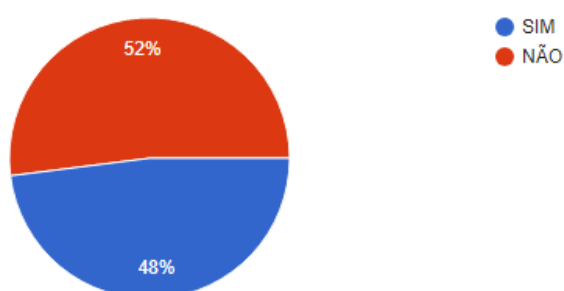
QUANTO A SEGURANÇA, COMO CONSIDERA O LOCAL ONDE RESIDE?



QUANTO A RENDA FAMILIAR.

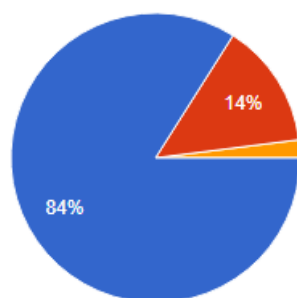


RECEBE ALGUM BENEFÍCIO DO GOVERNO? (Bolsa família, cartão escolar, etc)



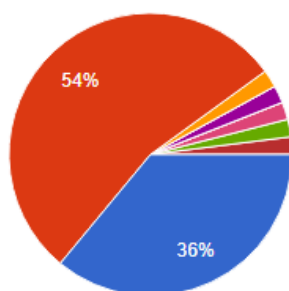


### POSSUI MEIOS DE ACESSO À INTERNET?



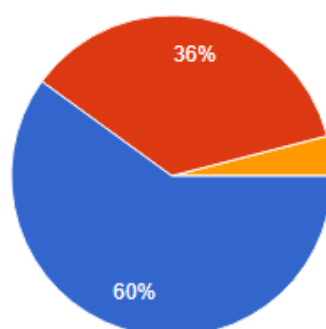
- SIM - TEM WIFI NA MINHA RESIDÊNCIA.
- SIM - UTILIZAMOS DADOS MÓVEIS.
- SIM - UTILIZAMOS DE OUTROS (empresa, vizinho, familiares).
- NÃO.

### QUANTO À RELIGIÃO DA FAMÍLIA.



- CATÓLICO
- EVANGÉLICO
- ESPÍRITA
- UMBANDA, CANDOMBLÉ OU OUTRAS RELIGIÕES AFRO-BRASIL...
- NÃO TEM RELIGIÃO
- ATEU
- Evangélico e católico
- Testemunhas de Jeová
- Católico/e evangélico

### NÚMERO DE FILHOS QUE ESTUDAM NESTA ESCOLA:



- APENAS 01 (UM)
- 02 (DOIS)
- 03 (TRÊS) OU MAIS

Todas as ações técnico-administrativas, bem como os projetos educativos citados neste documento, tiveram como base para sua construção a consideração do momento histórico e demandas identificadas no contexto de sua elaboração. Valendo ressaltar que esta Proposta Pedagógica não é um documento definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de sua comunidade escolar.

Considerando a clientela escolar com suas diversidades, incluindo estudantes com deficiências, a escola tem buscado e discutido caminhos para processar a inclusão com ganhos sociais e individuais, desenvolvendo uma pedagogia voltada aos estudantes.

A Escola Classe 100 procura sempre superar os índices escolares e busca trazer à prática escolar qualidade no ensino.

### **Metas Saeb/DF**

A Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação (SUPLAV) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio da Diretoria de Avaliação (DIAV), cumprindo a meta 7, estratégia 7.22, do Plano Nacional de Educação - PNE, cria e estrutura a Meta SAEB/DF. Para definir essa política pública a equipe técnica responsável analisou as metas estabelecidas por outros estados Brasileiros, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o currículo da SEEDF, as matrizes de referência das avaliações e os resultados de desempenho obtidos por nossos estudantes na série histórica do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Deste modo, escalonou-se os níveis do Saeb em três recortes interpretativos: *insuficiente* (agrega os níveis 0 a 2 em Língua Portuguesa e 0 a 3 em Matemática), *suficiente* (agrega os níveis 3 a 6 em Língua Portuguesa e 4 a 7 em Matemática) e 7 adequado (agrega os últimos níveis de cada componente curricular). Espera-se o máximo de 20% dos estudantes na primeira faixa e 80% no somatório das duas últimas.

De acordo com os resultados do Saeb 2021, a escola EC100 de SANTA MARIA alcançou o IDEB 6.

Diante disso, o presente Projeto pontua ao longo do ano de 2024, continuar desenvolvendo um trabalho de qualidade focado na aprendizagem, com estratégias que coloquem o estudante no centro do processo de ensino e aprendizagem, no sentido de atender às suas necessidades educacionais, seu ritmo e suas especificidades dentro do seu contexto social, visando a sua progressão continuada.

## **5 – FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA**

Diante das novas demandas educacionais surgidas a partir da democratização do acesso ao ensino básico, e sendo a educação um direito, a escola pública visa garantir a aprendizagem de todos e proporcionar o conhecimento universal e sistematizado à sua comunidade escolar, atendendo às suas necessidades educacionais por meio de projetos educativos que partam do princípio de que o ser humano é influenciado pelo meio ao qual agrega conhecimento. Sendo assim, a escola se torna articuladora e organizadora de muitas outras oportunidades educacionais.

O trabalho pedagógico precisa considerar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes, para, através do reconhecimento dos educandos, garantir a aprendizagem de todos os estudantes levando em conta as práticas e interesses sociais da comunidade. A aprendizagem como um processo de interação com o outro, com o mundo que o cerca.

A SEEDF contempla em seu currículo os Eixos Transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Temáticas vivenciadas pela sociedade brasileira de modo geral, bem como da sociedade do DF. Temáticas que possibilitam o acesso do estudante a diferentes leituras de mundo, provocando ações, reflexões e ações de prática final.

Para que a instituição educacional possibilite este saber é preciso ter claro os objetivos e as metas, bem como as teorias a serem seguidas. Teorias estas

que primem pela emancipação e libertação do sujeito por meio do conhecimento. Que vislumbrem transformações que favoreçam uma sociedade igualitária e mais humana.

A teoria crítica e pós-crítica pressupõe práticas educacionais significativas e que permitam que a escola estabeleça outras estratégias na formação do cidadão emancipado e, portanto, intelectualmente autônomo, participativo, solidário, crítico e em condições de exigir espaço digno na sociedade e no mundo do trabalho.

Ao vislumbrar a formação integral, as escolas públicas do DF repensam a formação de seus alunos de forma plena, crítica e cidadã, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos alunos e da comunidade, com abertura para receber e incorporar saberes próprios da sociedade, buscando uma convivência escolar negociada que é a inter-relação entre: integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola comunidade, territorialização, trabalho em rede.

Na atual concepção de educação inclusiva, as diferenças humanas passam a ser vistas como um valor a ser assumido por todos e não como algo que inferioriza e diminui. A pluralidade e não a igualdade é a principal característica do ser humano.

Segundo Mantoan (1997, p. 47), a inclusão é o termo que se encontrou para definir uma sociedade que considera todos os seus membros como cidadãos legítimos.

A Declaração de Salamanca (1994) estabelece como princípio que as escolas do ensino regular devem ensinar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão das crianças com deficiência, das que trabalham ou vivem nas ruas, das superdotadas, das que vivem em desvantagem social e das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas ou culturais. Também, alinham-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que visam assegurar a educação de qualidade de maneira inclusiva e equitativa, bem como oportunizar aprendizagem contínua para todos.

Cada aluno tem sua própria história de aprendizagem (conjunto de saberes já construídos e aprendidos); características pessoais em seu modo de

aprender. Há os que aprendem melhor por meio da via visual (leitura, filmes, observação etc.), há os que necessitam maior utilização do concreto, bem como os que já operam bem no nível abstrato.

Dessa forma, incentiva a maior participação de todos, inclusive da família, promovendo ações que levem ao cumprimento do compromisso à Educação. Para cumprir com seu papel é primordial que haja diretrizes definidas e organizadas para nortear o trabalho pedagógico.

A Educação Infantil, nos termos do Art.29 da Lei de Diretrizes e Bases no 9.394/96, tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Essa legislação, esclarecida em documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, dentre outros, evidenciam o compromisso que todos devemos ter com a formação infantil.

Os estudantes do Ensino Fundamental assumem, em seu percurso formativo, a condição de sujeitos de direito e constroem, gradativamente, sua cidadania (Brasil, 2013). O trabalho pedagógico desenvolvido nas unidades escolares, portanto, deve estar voltado para as necessidades de aprendizagem de todos os estudantes, respeitando seus tempos de desenvolvimento, com a garantia de um processo contínuo de formação integral. E visando um processo ininterrupto de aprendizagem, o Currículo em Movimento do Distrito Federal adota o princípio da progressão continuada, que é basilar no modo de organização em ciclos e pressupõe avanço nas aprendizagens dos estudantes.

## **6 – MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR**

Esta Unidade Educacional assume a responsabilidade de assegurar ao estudante uma formação integral, indispensável para o exercício pleno da cidadania, fornecendo-lhe meios e incentivos para que possa prosseguir nos estudos,

desenvolvendo condições e capacitação para a sua efetiva integração e atuação na sociedade.

## **7- PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA**

A formação integral, assim como idealizada por Anísio Teixeira a mais de meio século, objetiva a melhoria da qualidade do ensino. Em meados dos anos 70 já era almejada e começou a tomar forma, juntamente com as Escolas Parques de Brasília visando criar um espaço de múltiplas funções e de convívio social, buscando o desenvolvimento integral do aluno. (Diretrizes da Educação Integral/DF - 2009, pág. 9)

- Integralidade: o aluno é valorizado em sua totalidade, buscando dar a devida atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais da criança.

- Intersetorialização: junção das políticas públicas de diferentes campos buscando potencializar a oferta de diferentes serviços públicos para contribuir com a melhoria da qualidade da educação.

- Transversalidade: entende-se como a garantia do trabalho de diversas áreas dos conhecimentos educacionais vinculadas à aprendizagem dos interesses e problemas dos alunos e da comunidade.

- Interdisciplinaridade: favorece a abordagem de um mesmo tema em diferentes disciplinas/componentes curriculares e, a partir da compreensão das partes que ligam as diferentes áreas do conhecimento/ componentes curriculares, ultrapassa a fragmentação do conhecimento e do pensamento.

- Diálogo Escola e Comunidade: é um princípio importante, pois visa legitimar saberes comunitários na troca de ações culturais e de afirmação de identidade social, resgatando tradições e culturas populares.

- Territorialidade: é ampliação dos saberes educacionais além da escola, em parceria com entidades da sociedade organizada (estabelecimentos comerciais,

Secretarias de Saúde e Segurança, entre outros) para uma gestão participativa de forma que todos participem e tenham responsabilidades no processo educativo.

No tocante da perspectiva do direito à educação inclusiva, esta unidade de ensino, entende que a educação especial contribui para a perspectiva de fortalecimento e qualificação do processo de educação inclusiva, pois se sabe que a tendência atual é que as ações educativas da educação especial se movimentem de forma a promover condições aos estudantes com deficiência à escolaridade, eliminando barreiras, favorecendo e qualificando a permanência nas salas de aula comuns.

Previsto pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, o AEE é uma forma de garantir que o educando com deficiência tenha acesso a um conjunto de apoios e de recursos que minimizem as dificuldades enfrentadas com base em sua deficiência.

O atendimento educacional especializado como parte do PPP das escolas precisa ser debatido coletivamente, pois se sabe que a estrutura social, política e econômica dificulta o avanço do processo educativo na perspectiva de cumprir sua finalidade. Ao entender que o AEE enquanto serviço da educação especial tem como objetivo complementar as necessidades advindas das demandas das deficiências, na expectativa de que esse possa vir a garantir ações que potencializem os recursos dos educandos para que possa usufruir da escola regular acessando seu direito à educação.

Cabe à escola, portanto, formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. É necessário que a escola propicie o domínio dos conteúdos culturais básicos, da leitura e da escrita, da ciência, das artes, das letras, em busca do aluno capaz de pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, argumentar, avaliar e justificar para isso, é preciso um trabalho fundamentado em metodologias participativas, desafiadoras, problematizadoras que incentivem a descoberta das potencialidades. Para Saviani:

(...) a educação é sim determinada pela sociedade, mas que essa determinação é relativa e na forma da ação recíproca, o que significa que o determinado reage sobre o determinante. Conseqüentemente, a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para sua própria transformação (Saviani, 2008, p.93).

Estas descobertas só se tornam concretas a partir das oportunidades de interação, é um processo de conhecimento do outro e ao mesmo tempo de si mesmo, nesse processo há duas linhas qualitativas de desenvolvimento: Processos Elementares de origem biológica e psicológicas superiores de origem sociocultural.

“A história do comportamento da criança, nasce do entrelaçamento dessas duas linhas” (VYGOTSKY, 2003, p. 61).

O trabalho alicerçado nessa teoria visa a valorização das experiências cotidianas, com contribuição para o processo de desenvolvimento do ser humano que é naturalmente social, o professor atua como mediador, que incentiva ao mesmo tempo em que aprende, pois, esse contexto possibilita o movimento de ação-reflexão-ação.

## **8 – METAS DA UNIDADE ESCOLAR**

Para que tenhamos êxito para alcançar os objetivos educacionais mencionados neste PPP, a Escola Classe 100 de Santa Maria tem como metas:

- Construir, coletivamente, a Proposta Pedagógica da escola e reformulá-la continuamente.
- Manter e aperfeiçoar o trabalho pedagógico na utilização de planejamento coletivo, por ano/série.
- Promover momentos de protagonismo infantil.
- Revitalizar os espaços verdes: jardins, pomar e horta.
- Viabilizar a continuidade do projeto de sustentabilidade.
- Arrecadar material para manutenção das dependências da escola com a participação da comunidade escolar por meio de eventos.



- Construir um espaço recreativo para as turmas de Educação Infantil, que possibilite atividades sensoriais, contato com a natureza incentivando o desenvolvimento da criatividade, garantindo também o principal direito da criança: o brincar.

- Manutenção de pequenos reparos na escola;

- Realizar a construção de chuveirões.

- Manutenção e revitalização da pintura de toda a unidade escolar.

## **9 – OBJETIVOS**

### **9.1 - Objetivo geral**

- Estruturar e organizar o trabalho pedagógico de forma a possibilitar o desenvolvimento e a aprendizagem de maneira harmoniosa nas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva, nas relações sociais e individuais, desenvolvendo competências e habilidades que permitam ao educando intervir e transformar a realidade em que está inserido.

### **9.2- Objetivos específicos**

- Incentivar a participação dos docentes em cursos, oficinas, palestras, dinâmicas de grupo, troca de experiências, planejamento coletivo, para que possam estar sempre apropriando-se de novos conhecimentos;

- Valorizar o trabalho docente;

- Criar e estimular um ambiente de trabalho ético, acolhedor e pacífico;

- Buscar melhorias físicas e materiais que favoreçam atividades e aprendizagens;

- Organizar espaços que possibilitem o trabalho de estudos fora de sala de aula;

- Organizar espaços específicos para as turmas de Educação Infantil para desenvolver a psicomotricidade e as interações com elementos da natureza e com os outros; para brincar, pintar, explorar, interagir, fazer de conta;
- Estimular o autoconhecimento, a criatividade, a autoestima, a autoimagem, a sensibilidade e a afetividade, para agir com persistência na busca do conhecimento;
- Assegurar a educação de qualidade de maneira inclusiva e equitativa, bem como oportunizar aprendizagem contínua para todos;
- Promover o desenvolvimento integral do ser humano na busca de sua felicidade, preparando-o para ser agente de transformação na sociedade em que não só vive como também convive;
- Proporcionar ao estudante reconhecer-se como indivíduo que vive, age, aprende, interage, desenvolve-se e adapta-se, assumindo, com responsabilidade, a sua saúde e bem-estar dos demais;
- Possibilitar ao estudante compreender-se como sujeito autônomo, participativo, possuidor de direitos e deveres políticos, civis e sociais, que repudia injustiças, discriminações; respeitar-se e fazer-se respeitar; exercer a cidadania e a democracia;
- Permitir ao estudante posicionar-se de maneira crítica e responsável nas diferentes situações sociais, respeitando a opinião e o conhecimento produzido pelo outro;
- Compreender as relações de convivência para interagir, positivamente em diferentes grupos, valendo-se do respeito, da cooperação e da solidariedade, repudiando a discriminação e a injustiça, elegendo o diálogo como meio de resolver conflitos;
- Interpretar e analisar diferentes fontes de informação, questionando e fazendo articulações com várias áreas do conhecimento, sendo capaz de resolver problemas do cotidiano;
- Proporcionar momentos específicos que valorizem a leitura e estimulem a sua prática;

- Utilizar a leitura como base da construção de conhecimento, como um hábito capaz de mudar o indivíduo e suas relações com o mundo, tornando-se crítico e capaz de agir para transformá-lo;

- Conhecer e valorizar a diversidade natural e sociocultural brasileira, posicionando-se a respeito, diante de seus diferentes aspectos, como meio para construir, progressivamente, a noção de identidade nacional;

- Adquirir conhecimentos para desenvolver relações sustentáveis com os outros e com a natureza; educação para o desenvolvimento sustentável, fundamentado nas ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

- Promover atividades esportivas para desenvolver habilidades físicas, sociais, e fortalecer aprendizagens relacionadas ao desenvolvimento integral do indivíduo;

- Fomentar o uso das inovações científico-tecnológicas;

- Fortalecer a atuação do Caixa Escolar;

- Valorizar o Conselho Escolar e incentivar sua atuação.

- Incentivar a participação dos pais integrando-os ao processo educativo através de projetos específicos, palestras, oficinas e eventos culturais.

- Conviver democraticamente com outras crianças e adultos, relacionando-se e partilhando distintas situações, de modo a utilizar diferentes linguagens, ampliar o conhecimento de si e do outro, bem como o respeito em relação à natureza, à cultura e às diferenças entre as pessoas;

- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;

- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da instituição quanto das atividades da vida cotidiana: escolha das brincadeiras, materiais e ambientes, por meio do desenvolvimento das diferentes linguagens, elaboração de conhecimentos e do posicionamento próprio;

- Explorar movimentos, gestos, sons, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na instituição de ensino e fora dela, ampliando seus saberes, linguagens e conhecimentos;

- Expressar, por meio de diferentes linguagens, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, registros de conhecimentos elaborados a partir de diferentes experiências que envolvam a produção de linguagens e a fruição das artes nas suas diversas manifestações;

- Conhecer-se, constituir sua identidade pessoal, social e cultural, ao construir uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas.

- Preparar e acolher os estudantes em transição escolar, alunos da educação infantil que passam para o 2º ciclo, e os alunos do 5º ano que passam para o 3º ciclo, com ações integradas à Orientação Educacional.

## **10 - FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁTICA EDUCATIVA**

Historicamente, a prática pedagógica vem sendo permeada por diversas interpretações deste conceito “concepções teóricas” que, sem dúvida, se entrelaçam e são interdependentes. Estas definições e explicações determinaram as práticas alfabetizadoras existentes e a disseminação do conhecimento.

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores a brincadeira e as interações. Respeito à diversidade dos alunos é parte integrante da proposta. Por isso, almeja-se que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades. A Educação Infantil tem como referência o ser humano: cidadão crítico, participativo, responsável e criativo, em constante processo de desenvolvimento humano, solidário nas relações com a natureza e com seus

semelhantes; aberto ao conhecimento, conscientes de seus direitos e deveres, para compreender a realidade e transformá-la.

De acordo com as diretrizes pedagógicas da SEEDF – 2009/2013. O Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) tem a dimensão positiva de promover a progressão continuada do processo de aprendizagem, além de possibilitar a organização de um tempo maior e mais flexível para o desenvolvimento das competências que a criança precisa construir. No 2º bloco (4º e 5º anos) é de se esperar que os alunos já tenham incorporado a rotina escolar, atuem com maior independência e dominem uma série de conhecimento, uma vez que suas capacidades cognitivas sofrem avanços significativos.

Um trabalho coeso e coerente com os professores sobre a alfabetização e desenvolvimento da aprendizagem que pretenda resultados compatíveis como os objetivos de formação de um sujeito consciente e crítico de seu contexto e protagonista de sua história, não pode se furtar de rever e discutir as prática em relação à alfabetização e as demais aprendizagens.

O conceito de alfabetização foi ampliado com as contribuições dos estudos sobre a psicogênese da escrita, particularmente os trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, que em seus estudos sobre a teoria da psicogênese da língua escrita ressaltam a variedade de hipóteses e etapas que devem ser observadas e consideradas nos planejamentos e organização do trabalho pedagógico em contextos significativos e variedade de gêneros textuais para alcançar sucesso no avanço da aquisição do sistema de escrita alfabético, alfabetizar letrando.

Segundo os estudos sobre Vygotsky (1991), o ensino deve ser organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessária às crianças, levando-as de maneira autônoma a buscar a aprendizagem. Assim, a criança desde cedo precisa ser estimulada a identificar o mundo ao redor também pela leitura e compreensão da escrita.

Numa visão sócio-interacionista, a aprendizagem promove o desenvolvimento na medida em que desperta e completa algumas de suas funções que, de outra forma, não se fariam presentes. Assim, a aprendizagem precede o

desenvolvimento na medida em que, ao aprender, construímos novos níveis de desenvolvimento, e, para tanto, busca-se mais e mais conhecer.

As perspectivas crítica e pós-crítica compreendida nos pressupostos teóricos do Currículo em movimento, como também a Psicologia Histórico Cultural e Pedagogia Histórico –Crítica, apresentam o ato educativo como profundamente revolucionário, no sentido de provocar nas pessoas mudança de vida a partir da apropriação do patrimônio cultural da humanidade.

De acordo com o documento Currículo em Movimento, segundo a concepção histórico-crítica: A educação extrapola os muros da sala de aula, sendo realizada na vida vivida, em diversos momentos e múltiplos lugares, é necessária a ressignificação do próprio ambiente escolar: a escola deixa de ser o único espaço educativo para se tornar uma articuladora e organizadora de muitas outras oportunidades educacionais no território da comunidade.

A Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-Crítica compreendem que as concepções de criança e infâncias decorrem de determinações sociais de âmbito político, econômico, social, histórico e cultural, ou seja, consideram as crianças, no contexto das práticas educativas, são sujeitos de direito, que têm necessidades próprias, que manifestam opiniões e desejos de acordo com seu contexto social e sua história de vida.

## **11 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR**

O Currículo deverá ser trabalhado de forma operacionalizada e seguirá as o Currículo em movimento da Educação Infantil, as Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, buscando desenvolver nos alunos as habilidades e competências que possibilitarão o prosseguimento dos estudos no ciclo seguintes de cada ano.

Os componentes curriculares são desenvolvidos por meio de atividades que serão enriquecidas por eixos transversais e eixos integradores.

O planejamento semanal é elaborado pelo grupo de professores de cada ano e os conteúdos e assuntos pertinentes ao tema ou ao projeto desenvolvido são colocados de forma interdisciplinar.

Os projetos são desenvolvidos considerando uma problemática relevante ou um foco de interesse dos alunos. Também se considera a contextualização para que a aprendizagem seja significativa e possa levar à mudança no sujeito e assim, na sociedade da qual ele faz parte.

O planejamento, além da interdisciplinaridade, contempla os eixos transversais: educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade, sempre que forem pertinentes ao assunto trabalhado, assim, são vistos constantemente, ao longo do ano letivo.

Nas coordenações coletivas os professores, coordenadores e demais profissionais envolvidos na parte pedagógica da instituição, trocam informações sobre a prática, realizam estudos de textos, assistem vídeos, participam de palestras, cursos e outros, em constante formação, relacionando teoria e prática.

Na organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil, de modo geral, diferentes materiais, brinquedos, jogos, papéis, figuras, tecidos, fantasias, tapetes, massas de modelar, tintas, gravetos, folhas, pedras, água, terra, insetos, plantas, dentre outros, são objetos de aprendizagem. Esses podem ser recicláveis ou reutilizáveis, de uso individual e/ou coletivo, sonoros, visuais, riscantes e/ou manipuláveis, de diversos tamanhos, cores, pesos e texturas, com diferentes propriedades. A intencionalidade pedagógica é estimular a criança a interagir, resolver problemas, investigar, transformar, criar, conhecer, cuidar, aprender e ensinar, e muito mais.

## **12 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR**

### **12.1 - Organização dos tempos e espaços**

O espaço escolar está organizado em 15 salas de aula que atendem 542 alunos nos turnos matutino e vespertino. Outros mecanismos utilizados para a aprendizagem do aluno são: recreação, vídeos, psicomotricidade, biblioteca,

reagrupamento e atividades diferenciadas. O laboratório de informática é um espaço pronto, considerando mobiliário e maquinário.

O planejamento das aulas é realizado no horário de coordenação pedagógica, no turno contrário ao da aula. A Educação Infantil, Bloco Inicial de Alfabetização e segundo bloco (4º e 5º ano) coordenam as terças-feiras e quintas-feiras, as professoras do Atendimento Educacional Especializado planejam nas quartas-feiras no período matutino. A coordenação coletiva acontece nas quartas-feiras. Esse espaço tem por objetivo promover oportunidades de reflexão sobre questões pedagógicas e estratégias a serem adotadas em sala de aula e a equipe gestora reúne-se para trocar experiências, avaliar o processo ensino-aprendizagem e/ou passar informes.

A escola possui três coordenadoras, e 1 supervisora pedagógica, que auxiliam os professores nos planejamentos e atividades pedagógicas, além de acompanhamento das sondagens, diagnósticos, intervenções e outras atividades pedagógicas e organizativas.

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem tem trabalhado de forma conjunta, harmoniosa e organizada, resultando no melhor desenvolvimento do aprendizado.

A Orientação Educacional tem o trabalho de prevenção e intervenção em situações problemas, orienta alunos e pais sobre o regimento escolar –Manual do Aluno, hábitos de estudo e temas pertinentes à convivência escolar.

As professoras da Sala de Recursos têm em sua prática o atendimento a todos os alunos com deficiências (Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Deficiências Múltiplas e Transtorno do Espectro Autista), exercem papel importante de respaldo ao trabalho da educação especial com qualidade para a efetiva inclusão.

A escola conta com a atuação de 03 Monitores de gestão Educacional com regime de trabalho de 40 horas semanais, que atende os estudantes com deficiência nos turnos matutino e vespertino, sendo responsável por executar, sob orientação da equipe escolar, atividades de cuidado, higiene e estímulo dos estudantes com deficiência. Atualmente sete Educadores Sociais Voluntários, sendo



08 ESV no período matutino e 06 ESV no período vespertino, com carga horária de 20 horas semanais atendem 41 estudantes em inclusão, também atuam com os estudantes com Deficiências e Transtorno Global do Desenvolvimento/TGD/TEA.

O Currículo em Movimento adota o princípio da progressão continuada, com a organização escolar em ciclos, oferecendo ao professor e à escola a possibilidade de promover as aprendizagens de todos os sujeitos, respeitando seus tempos de desenvolvimento e necessidades de aprendizagem.

Nessa forma de organização, a ordenação do conhecimento se faz em espaços de tempo maiores e mais flexíveis, que favorecem o trabalho pedagógico diversificado e integrado, necessário em qualquer sistema de ensino democrático incluindo estudantes de diferentes grupos sociais, estilos e ritmos de aprendizagem.

## **12.2 Relação escola-comunidade**

A escola apresenta uma boa relação com a comunidade. Procuramos sempre promover e incentivar o diálogo entre a comunidade escolar, por meio de reuniões bimestrais, e quando se fizer necessário, a pedido da escola ou dos responsáveis, eventos culturais, feiras, oficinas, palestras de forma presencial com vistas a manter um ambiente harmonioso, colaborativo e democrático.

## **12.3 Relação teoria-prática**

O currículo da Escola Classe 100 está apresentado nesse Projeto Político Pedagógico e alinhado às diretrizes da SEEDF, bem como às Orientações Pedagógicas, além de outras diretrizes educacionais e normativas.

## **12.4 Metodologia de ensino**

A maioria das atividades é desenvolvida através de projetos e sequências didáticas. Estas metodologias facilitam a organização dos conteúdos, bem como envolvem os estudantes no processo de aprendizagens de forma concreta e participativa.

Assim, podemos afirmar que as crianças conseguem refletir, dialogar, argumentar sobre as aprendizagens e os temas trabalhados. Considerando o protagonismo do estudante, estas metodologias constituem um facilitador das aprendizagens e das atuações no meio. Lembrando que o planejamento inicia com uma avaliação diagnóstica que aponta o que as crianças já sabem, para determinar o ponto de partida. No BIA também é utilizado o Método das Boquinhas (fonovisuoarticulatório) para facilitar a alfabetização.

As práticas pedagógicas são voltadas para o respeito às diferenças dos estudantes, valorizando as diferentes culturas e saberes, incentivando a reflexão, superando processos discriminatórios, opressão, injustiça social, buscando formar sujeitos autônomos, capazes de intervir na realidade existente e transformá-la. O diálogo é incentivado e mediado na resolução de conflitos.

### **12.5 Organização da escolaridade: ciclos, séries, semestres, modalidade(s), etapa(s), seguimentos, anos e/ou séries ofertados**

Em 2018 ocorreu a implantação da 2ª edição do currículo denominado Currículo em Movimento da SEEDF (Secretaria de Estado de Educação DF), na perspectiva de uma escola em ciclos, que propõe a organização escolar para a educação infantil e ensino fundamental anos iniciais.

- Primeiro Ciclo (Educação Infantil): 0 a 3 anos (creche), 4 e 5 anos (Educação Infantil);

- Segundo Ciclo (Ensino Fundamental – anos iniciais): Bloco I – Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, Bloco II – 4º e 5º anos.

A Escola Classe 100 oferece:

- Primeiro Ciclo (Educação Infantil): 4 e 5 anos (Educação Infantil);

- Segundo Ciclo (Ensino Fundamental – anos iniciais): Bloco I – Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, e Bloco II – 4º e 5º anos.

## **13 – Apresentação de Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar**

### **Programa SuperAção**

A Escola Classe 100 aderiu ao Programa SuperAção no intuito de atender todos os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.

Após fazer um levantamento de dados foi constatado que havia dez estudantes em incompatibilidade idade/ano na UE, e a proposta do Programa contempla a recuperação de aprendizagens básicas, respeitando os direitos de formação para que o estudante possa atuar de forma prática na comunidade em que está inserido. Os estudantes serão atendidos em classe comum com atendimento personalizado.

A Secretaria de Estado de Educação desenvolveu o programa para correção de fluxo escolar, visando a erradicação do abandono e da desistência dos estudantes no âmbito escolar. Essa opção pauta-se no que está contemplado na Constituição da República Federativa do Brasil, no Art.206, inciso I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola: na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, Artigo 24, inciso V, alínea b – possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar: e, ainda, no atendimento do que está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) para o Ensino Fundamental, meta 2: “Implementar políticas públicas para a correção da distorção idade-série nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ampliar o atendimento a todos os estudantes em defasagem idade-série-ano nos projetos e programas de correção de fluxo escolar.” Também fundamentado na LEI do PDE 2015-2024, que complementa o texto do PNE citado: “criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, atentando para as especificidades do estudante de forma a garantir a qualidade do atendimento.”

### **Alfaletando**

O decreto nº 45.495, de 19 de fevereiro de 2024 instituiu o Programa Alfaletando no Distrito Federal, de acordo com o parágrafo único do artigo 22 da Lei

nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, e com o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O objetivo principal é promover a alfabetização e o letramento de crianças, visando à melhoria da qualidade da educação básica no território do DF. Nesta primeira etapa serão contempladas as turmas de 1º e 2º ano, bem como a formação continuada dos docentes e coordenadores.

Art. 1º Instituir o Programa de Alfabetização e Letramento no Distrito Federal (Alfaletando) para cooperação técnica e incentivo para a melhoria dos indicadores de aprendizagens, com o objetivo de garantir o direito à alfabetização de crianças até os sete anos de idade, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas.

A iniciativa surge como uma resposta assertiva às demandas educacionais do DF, com a meta de garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares. O programa abrange a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita.

O Alfaletando é estruturado em cinco eixos que orientam suas ações: Gestão e governança, acompanhamento pedagógico e formação continuada, avaliação, infraestrutura física e pedagógica e boas práticas.

Art. 16. Para fins de acompanhamento e monitoramento do Programa Alfaletando, serão utilizadas informações dos seguintes sistemas de avaliação:

I - Sistema Permanente de Avaliação do Distrito Federal (Sipae/DF), realizado pela SEEDF; e

II - Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

### **Circuito de Ciências**

O Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal tem como objetivo difundir a cultura científica nas Unidades Escolares, além de promover o

letramento científico entre professores, gestores e estudantes. Sua organização é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), coordenada pela Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB, em parceria com a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) e as Coordenações Regionais de Ensino - CRE. Para a 13ª edição do Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal, a ser realizada em 2024, cujo tema será Biomas do Brasil - Diversidade, saberes e Tecnologias Sociais, estão previstas três etapas: a etapa local (abril a julho), a etapa regional (agosto a setembro) e a etapa distrital (novembro).

## **14 – APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR**

### **Projeto Sustentabilidade**

O Projeto Sustentabilidade é um trabalho realizado todos os anos na EC 100. É um projeto que já demonstrou ser relevante para a comunidade escolar e consegue desenvolver diversas habilidades, conhecimentos, atitudes e práticas.

Todos os objetivos deste projeto estão articulados aos objetivos do PPP.

Envolve conhecimentos com o manejo do solo, cuidados com as plantas, seres vivos, compostagem, reciclagem, trabalho em equipe, responsabilidade, pertencimento. Conhecer para respeitar e proteger.

Envolve o cuidado consigo mesmo e com os outros, considerando a sustentabilidade das relações humanas como fundamental no bem estar e bem viver. Também o cuidado com a saúde, com o ambiente, com a alimentação.

Envolve o conhecimento do folclore, da cultura do povo brasileiro. O pertencimento. Conhecer para respeitar as origens, o passado, para manter a cultura, para orgulhar-se da sua história, do seu povo.

Assim, as dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política e espiritual devem ser observadas em todo momento do

processo educativo. A SEEDF compreende que a junção dessas dimensões encaminha para uma cultura de sustentabilidade e para a criação de um novo modelo de sociedade global, da cidadania planetária (2018, p.62). Neste sentido, os PCNs conceituam assim a Sustentabilidade:

Sustentabilidade, assim, implica o uso dos recursos renováveis de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis de suprimento das necessidades, além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos (BRASIL, 1997b, p. 177).

As orientações apontadas pelos PCNs apontam de maneira positiva o modo como a educação pode influenciar as pessoas a interagirem com o outro e com o meio ambiente, desenvolvendo a sua capacidade de entender os problemas globais, suas causas e implicações dependentes de fatores sociais, econômicos, tecnológicos, culturais e ambientais.

### **Projeto de leitura**

O projeto de leitura visa proporcionar situações de leitura para incentivar e despertar o interesse das crianças pela leitura, ampliar o seu repertório para produções orais e escritas, desenvolver a criatividade, a imaginação, estimular a habilidade da fala e da escuta, valorizar a leitura como fonte de informação na busca de uma aprendizagem significativa e emancipadora. Também proporcionar momentos para reflexões e conhecimento mais amplo do mundo e de sua diversidade social e cultural.

Contará com a participação de diferentes profissionais, estudantes, convidados, além do professor(a) regente das turmas, além de diferentes estratégias para tornar estes momentos interessantes e estimulantes, despertando o prazer pela leitura.

O projeto está embasado no PDE, meta 5: 5.11 – apoiar a implementação, a manutenção e o pleno funcionamento de espaços de leitura de sala de aula, em todas as salas de todas as etapas e modalidades de ensino; meta

7: 7.17 – promover, com especial ênfase, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. A Lei nº 9.394/96, trata a prática da leitura como um trabalho que tem a finalidade de formar leitores competentes e, assim também, escritores eficientes.

### **Projeto Horta**

O projeto horta já acontece há vários anos na EC 100 envolvendo diferentes grupos de estudantes. A horta possui sete canteiros que podem ser cultivados pelas turmas que se candidatem a fazê-lo, e três composteiras onde são depositados os resíduos orgânicos produzidos na cantina da escola e também os coletados pelos estudantes em sala, do lanche. Os estudantes podem coletar informações com os familiares e compartilhar com a turma, também podem trazer mudas e/ou sementes para ampliar as variedades da horta. O trabalho costuma ser objeto de estudos em sala de aula, atendendo a diversas disciplinas.

Os resultados sempre foram positivos em diversos aspectos, desde os cuidados com as plantas, com os bichos de jardim, com destino correto dos resíduos orgânicos, no estudo de plantas medicinais, na alimentação saudável, no trabalho em equipe, no desenvolvimento de responsabilidade, de paciência, de perseverança, de respeito, na leitura e na escrita, nos cálculos, na pesquisa, etc. Aprender e ensinar, na prática.

O projeto está pautado no que diz a Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 205 [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; no artigo 225 inciso VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; no Currículo em Movimento da Educação Básica do DF – Pressupostos Teóricos: “Na busca pela superação da organização do currículo coleção, o desafio desta Secretaria de Educação é sistematizar e implementar uma proposta de Currículo Integrado em que

os conteúdos mantêm uma relação aberta entre si, podendo haver diferentes graus de integração” (BERNSTEIN, 1977) (2018, p. 62).

### **Projeto Sala de Informática**

O projeto da sala de informática atende os estudantes, conforme horário de cada turma, uma vez por semana.

Ao propor o uso da sala de informática como estratégia pedagógica de intervenção de aprendizagem, pretende-se, além de oportunizar o contato com as tecnologias digitais em si, uma maior participação e interesse dos estudantes nas atividades educacionais.

### **Projeto Queimada**

O projeto queimada foi idealizado para as turmas de 4º e 5º ano.

O projeto foi pensado como uma ferramenta que contribui para a saúde física e mental dos estudantes, prevenindo doenças, melhorando o condicionamento físico, reduzindo o estresse e aumentando a autoestima. Estudantes saudáveis tendem ter mais disposição, concentração e motivação para estudar e aprender.

Usar a queimada como uma ferramenta que estimula o desenvolvimento de habilidades motoras, como coordenação, equilíbrio, agilidade e força, que são importantes para o domínio do próprio corpo e para a realização de tarefas escolares, como ler, escrever e resolver problemas.

Usar a queimada como uma ferramenta que favorece o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como memória, atenção, raciocínio e criatividade, que são essenciais para o processo de aprendizagem uma vez que o esporte proporciona essas habilidades.

Usar a queimada como uma ferramenta que promove a socialização dos estudantes, pois envolve interação, cooperação, comunicação, respeito e amizade entre os participantes. Estudantes que praticam esporte tendem a ter mais facilidade



para se relacionar com os colegas, os professores e a comunidade escolar, além de desenvolver valores como ética, disciplina e responsabilidade.

A atividade se justifica no Currículo em Movimento da SEEDF, quando se tem Educação Física na área do conhecimento “Linguagens” (vide currículo página 117).

#### **14.1 Articulação com os objetivos e as metas do PPP**

Os projetos de leitura, sustentabilidade, horta e sala de informática articulam-se com os itens: Organizar espaços que possibilitem o trabalho de estudos fora de sala de aula; Permitir ao estudante posicionar-se de maneira crítica e responsável nas diferentes situações sociais, respeitando a opinião e o conhecimento produzido pelo outro; Interpretar e analisar diferentes fontes de informação, questionando e fazendo articulações com várias áreas do conhecimento, sendo capaz de resolver problemas do cotidiano; Proporcionar momentos específicos que valorizem a leitura e estimulem a sua prática; Utilizar a leitura como base da construção de conhecimento, como um hábito capaz de mudar o indivíduo e suas relações com o mundo, tornando-se crítico e capaz de agir para transformá-lo, elencados nos objetivos específicos deste PPP.

#### **14.2 Articulação com o currículo em movimento**

Os projetos desenvolvidos nessa escola estão embasados no Currículo em Movimento do Distrito Federal - anos iniciais, a exemplo do projeto de informática, leia-se:

[...] facilidade que os estudantes têm na utilização de tecnologias, é recomendável aproveitar esse interesse por atividades que envolvam tecnologias para que alcancem os objetivos propostos, escolhendo adequadamente jogos que permitam aprendizagens significativas e formação integral do estudante (2018, p.155 e 156).

Partindo do pressuposto de que as novas tecnologias digitais são naturalmente atrativas para os alunos, compreende-se que o uso delas no ambiente escolar possibilita um aprendizado mais envolvente e motivador.

#### **14.3 Articulação com o PDE e/ ou com o PPA e/ ou com o PEI e/ ou ODS 4.**

Os projetos de leitura, sustentabilidade, horta, queimada e sala de informática pautam-se no que diz a Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 205 [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; no artigo 225 inciso VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; no PDE meta 2: 2.22 – fomentar políticas de promoção de cultura de direitos humanos no ensino fundamental, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda comunidade escolar; no PPA, lei nº 7.378, de 29 de dezembro de 2023 (Plano Plurianual DF 2024- 2027) Meta 1294 - realizar ações voltadas à promoção cultura de direitos humanos e cidadania, pautada na democratização das relações e na convivência saudável com toda a comunidade escolar, em 100% das unidades escolares da rede pública de ensino (SEEDF); no Currículo em Movimento da Educação Básica do DF – Pressupostos Teóricos:

Almeja-se que as pessoas e ou grupo social que comungam do espaço escolar se reconheçam como sujeitos de direitos, capazes de exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo em que respeitem os direitos do outro. Busca-se, portanto, desenvolver a sensibilidade ética nas relações interpessoais e com todas as formas de vida. Nesse horizonte, a finalidade da Educação em e para os Direitos Humanos é a formação na e pela vida e convivência (2018, p.56).

## **15 – APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS NA UE EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS DE GOVERNO E/OU COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

Esta Unidade Escolar está buscando parcerias que contemplem os objetivos listados nesse PPP e articulem com o Currículo em movimento e PDE.

## **16 – DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO AVALIATIVO NA UNIDADE ESCOLAR**

### **16.1 - Avaliação para as aprendizagens**

Visando uma avaliação processual contínua e sistemática, na EC 100 o processo avaliativo se inicia nas primeiras semanas do calendário escolar, com avaliações diagnósticas. Partindo dos resultados são realizadas as atividades planejadas pelo grupo de professores, a fim de nortear o trabalho do primeiro bimestre.

Os professores são orientados a agrupar os dados do teste da psicogênese e das avaliações bimestrais. Posteriormente esses dados são tabulados e socializados nas coordenações coletivas, formando assim um processo de análise e intervenções que perdura todo o ano letivo.

A proposta da EC 100 é que a avaliação seja contínua de modo que o aluno venha a encará-la com naturalidade, isento do temor e constrangimentos comuns à prática avaliativa, identificando-o como instrumento que sinalize as intervenções que se fazem necessárias. O caráter punitivo, competitivo, seletivo e discriminatório deve ser totalmente desprezado ao longo do processo.

O trabalho é embasado em uma variedade de atividades, tais como relatórios, provas escritas, deveres de casa, exercícios diários, produções de textos, trabalhos de arte de diversas modalidades e técnicas, pesquisas, jogos, brincadeiras, entrevistas e todas as atividades que, na visão do grupo facilitam o

desenvolvimento da criatividade, oralidade e senso crítico do aluno, sejam elas individuais ou coletivas, evitando assim exercícios mecânicos e repetitivos. Para melhor avaliar e traçar estratégias que melhor atendam o desenvolvimento das aulas e aprendizagem dos alunos.

As provas bimestrais também têm lugar no nosso processo de avaliação. Tal ferramenta é baseada no Currículo em Movimento da Educação Básica do DF, que está em consonância com a BNCC e nos descritores. Tratam-se de provas que priorizam o raciocínio lógico e habilidade de leitura e interpretação do aluno, em detrimento de provas decorativas, além de prepará-los para diferentes avaliações, visando assim um feedback dos alunos tanto para sua própria formação quanto para avaliar o trabalho pedagógico da escola. Vale ressaltar que essas avaliações são elaboradas pelo grupo/ano de forma coletiva, em consonância com os conteúdos contemplados no planejamento bimestral, juntamente com a coordenação e supervisão pedagógica da escola.

Como especificado nas Diretrizes de Avaliação Educacional, p. 40:

Todos os procedimentos/instrumentos de avaliação devem ser elaborados em articulação com a coordenação pedagógica da unidade escolar. A ideia é a de que a equipe coordenadora possa apreciar, colaborar e acompanhar essa elaboração para que seja garantida coerência interna com o projeto da escola.

No caso específico da Educação Infantil, o RDIA, além de relatório descritivo individual, a avaliação do desenvolvimento da aprendizagem será feita pelo professor, observando a evolução dos desenhos, pinturas, manuseio de materiais, oralidade, autonomia, coordenação motora grossa e fina, equilíbrio, nas brincadeiras, identificação de letras e números, identificação e escrita do nome, socialização e interações apresentadas pela criança, e outros.

## **16.2 - Avaliação em larga escala**

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é uma avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Tem o objetivo de

avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

### **16.3 - Avaliação Institucional**

A Prova Diagnóstica é a avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas nas escolas públicas do DF. Essa avaliação oferece informações sobre os conhecimentos agregados pelos alunos, no que diz respeito às habilidades de leitura e matemática ao longo do ano letivo. Com base nas informações obtidas por meio das avaliações, os gestores e professores têm condições de intervir de forma mais eficaz no processo de alfabetização dos alunos.

Também ao final de cada bimestre, conforme calendário escolar acontecem as reuniões de pais. Estas acontecem em um único dia, após o conselho escolar. A fim de que os responsáveis possam tomar ciência da vida escolar de seu filho para melhor entendimento do processo ensino aprendizagem, estas serão somente com os pais, na ausência das crianças para serem melhores informados sobre o processo de avaliação e metodologias de aprendizagem utilizados pela escola e orientados a subsidiar os filhos em tarefas extraclasse, tomarem ciência do desenvolvimento e possíveis dificuldades enfrentadas por professores e alunos, bem como acompanhar a vida escolar. Diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

### **16.4 - Estratégias que implementam a perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens**

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais a avaliação da aprendizagem não tem caráter promocional e a retenção dar-se-á para os alunos que não obtiverem 75% de frequência no ano letivo. Fora essa especificidade, a retenção poderá ocorrer apenas no 3º e 5º ano, para os estudantes que, realizadas todas as intervenções cabíveis, não alcançarem as metas previstas. O processo Ensino-

Aprendizagem tem acompanhamento por meio de ações avaliativas nas dimensões diagnóstica, processual-contínua, cumulativa e participativa com foco no sucesso do aluno.

O diagnóstico realizado por meio de observações pertinentes visa orientar o trabalho futuro. A avaliação processual-contínua proporcionará as oportunidades que favoreçam o desenvolvimento integral do educado, por intermédio de participações, observações, relatórios, trabalhos, pesquisas de modo a atender as individualidades e capacidades de cada um.

A dimensão cumulativa valoriza as descobertas e tentativas para que o aluno possa compreendê-las e utilizá-las. A participação do aluno quanto ao modo e tipo de avaliação é assegurada pelo professor em sala de aula e pela escola quando ocorre o Conselho de Classe, normalmente ao final de cada bimestre e excepcionalmente quando houver necessidade.

#### **16.5 - Conselho de Classe**

Ao término de cada bimestre, os professores reúnem-se em conselho para discutir o desenvolvimento dos alunos, individualmente. Neste processo, eles trocam experiências a fim de avaliar e enriquecer sua prática pedagógica. Ao realizar a escuta dos professores e demais envolvidos com tais alunos, as equipes de apoio de direção fazem o levantamento das demandas e os encaminhamentos para tentar resolver os problemas identificados, tais como: dificuldade de aprendizagem, negligência familiar, excesso de faltas, indisciplina, etc.

O Conselho de Classe é composto por professores regentes, coordenadores, direção, equipe especializada de apoio à aprendizagem, SOE e professoras da sala de recurso, e tem como objetivo principal fazer os devidos encaminhamentos aos casos de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e necessidade de participarem de reagrupamentos e/ou projetos interventivos.

## **16.6 – Fórum permanente de avaliação da CRE de Santa Maria**

O Fórum Permanente de Avaliação da Coordenação Regional de Ensino de Santa Maria prima pela problematização dos resultados das avaliações externas (nacionais, distritais e regionais); a reflexão das ações didáticas desenvolvidas e por virem; pelo debate e o planejamento de estratégias com vistas à perspectiva formativa da avaliação para as aprendizagens, avaliação do desempenho e o alcance de metas pedagógicas, a princípio, atendendo do 3º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, como foi concebido. Esta edição do Fórum Permanente de Avaliação - Ano 2, objetiva a interpretação dos resultados da Prova Diagnóstica 2024 para intervir no processo de recomposição das aprendizagens, qualificando o instrumento utilizado com propositura formativa. As ações desenvolvidas também contemplarão o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (resultado, escala de proficiência/habilidades), do Saeb 2023. O Currículo em Movimento da SEE será considerado o eixo central deste paralelo a ser realizado, direcionando estratégias como: Curadoria educacional, Relatórios de planejamento (PRAD) e avaliação do que foi desenvolvido (RADe). Recomenda-se que o acompanhamento das metas pedagógicas da unidade de ensino seja ostensivamente observado (e compartilhado entre o colegiado) assim como os resultados gerados a partir da recomposição das aprendizagens, cuja avaliação do desempenho dar-se-á com a estratégia “Diagnóstico Processual”, concretizada com o Caderno de resultados.

## **17 – PAPÉIS E ATUAÇÕES**

### **17.1 – Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA)**

Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem – EEAA A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA) atende a demandas dos professores realizando avaliações pedagógicas individuais de estudantes encaminhados por professores, buscando conhecer e dialogar com as famílias para promover a melhoria na qualidade do processo de ensino aprendizagem, além disso

promove formações com professores, orientações em casos específicos, intervenção educacional quando necessário. Neste ano de 2024, até o momento, esta UE permanece sem um profissional nesta função.

## **17.2 – Orientação Educacional (OE)**

A Orientação Educacional é um serviço voltado para o acompanhamento dos Profissionais da Educação, das famílias e dos estudantes quanto ao processo de ensino-aprendizagem e das relações humanas que os cercam, ou seja, uma especialidade que orienta, assiste e coordena as ações dos elementos significativos da escola, também atua junto aos aspectos psicopedagógicos, sociais e emocionais dos estudantes, estimulando o autoconhecimento, a autoestima e a autonomia visando promover o respeito às diferenças, a cultura de paz e a tolerância tanto no ambiente escolar quanto nas demais áreas sociais.

A Orientação Educacional tem por objetivo a análise crítica da realidade social, política e econômica da comunidade escolar, visando através dos dados observados verificar as demandas necessárias a serem trabalhadas, colabora com a formação integral dos estudantes, articulada com as diversas instâncias da Unidade de Ensino, bem como a inclusão e o fortalecimento dos Direitos Humanos e o exercício da Cidadania, promovendo espaços para o diálogo entre os gestores, docentes, discentes, família e a comunidade ao qual estão inseridos com o intuito de promover a humanização do processo de ensino-aprendizagem.

Os documentos norteadores da Orientação Educacional são a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional – OP, os Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, a Pedagogia Histórico-crítica (Demerval Saviani) e a Psicologia Histórico-cultural (Lev Vygotsky) que definem a intencionalidade política e formativa da instituição e da Comunidade Escolar, o Caderno Orientador de Convivência e Cultura de Paz, o Caderno Orientador da Transição, Diretrizes Pedagógicas da SEEDF, Guia de Valorização da Vida, Regimento da Rede Pública das Escolas da SEEDF e a Organização do Trabalho da Orientação Educacional de 2024 – OTP.



O Pedagogo – Orientador Educacional desenvolve várias atividades que contribuem para a construção de uma escola democrática, reflexiva e cidadã, conhecendo a comunidade escolar, identificando suas possibilidades, seus interesses e suas necessidades através da escuta ativa, e neste sentido, possibilitar a aprendizagem dos estudantes como um ser em constante transformação, acolhendo, ouvindo e desenvolvendo com os mesmos uma relação de confiança.

Importante ressaltar a Ficha Profissiográfica da Orientação Educacional de 2013, que registra as atividades do pedagogo-orientador educacional onde o mesmo realiza aplicação metodológica para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes, planejando, coordenando e implementando os projetos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes, viabilizando o trabalho coletivo e facilitando o processo de diálogo com a comunidade escolar, participando da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, Mapeamento Institucional, Conselho de Classe, Estudo de Caso, acompanhamento da frequência dos estudantes, busca ativa dos mesmos e se aprimorando através da sua Formação Continuada.

O POE trabalha buscando também, parcerias com as Redes de Apoio fazendo articulações com os Setores Governamentais com intuito de atender às necessidades dos estudantes relacionadas às áreas de saúde, principalmente à Saúde Mental.

Em relação ao mundo do trabalho, o pedagogo-orientador educacional atenta-se às questões sociais, bem como as formas de acessibilidade ao Ensino Superior e a Educação Profissional.

### **17.3 – Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR)**

O Atendimento Educacional Especializado (Resolução do CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001) preocupa-se em possibilitar ao estudante com diagnóstico de deficiência intelectual (DI), deficiência física (DF), deficiências múltiplas (DMU) e transtorno do espectro autista (TEA), (Estratégia de Matrícula, 2024, Portaria nº 1.305 21 de dezembro de 2023) o reconhecimento e atendimento

às suas particularidades, ofertando-lhe suporte necessário para o seu pleno desenvolvimento, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

O trabalho a ser desenvolvido por meio de Ações da Sala de Recursos para o ano letivo de 2024 fundamenta-se no princípio da Atenção à Diversidade e qualidade de ensino oferecido aos estudantes com deficiências, tendo por objetivos integrá-los na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível no sistema geral de educação (Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/96, Constituição Federal e Estatuto da Inclusão) relacionado aos aspectos cognitivo, motor, social, afetivo ou emocional. As atividades que serão desenvolvidas terão metodologias e estratégias diferenciadas, para que os mesmos possam apropriar-se daquilo que realmente necessitam.

Esse plano de ação vai ao encontro de metas e objetivos que norteiam o fazer pedagógico no âmbito da SEDF, como o objetivo quatro, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa uma “Educação de qualidade, assegurando a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, para todos”. (Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Brasil, 2023). Dessa forma, esse plano de ação pretende apresentar o planejamento das ações a serem desenvolvidas por esta equipe ao longo do ano de 2024 na Escola Classe 100 de Santa Maria, em consonância com o Currículo em Movimento da SEDF, que defende o direito à aprendizagem, para todos, ampliando tempos, espaços e oportunidades. (Currículo em Movimento da Educação Básica, Brasília, 2018).

O atendimento educacional especializado identifica, organiza e propõe recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais, generalista e específico, nas formas complementar e suplementar, a todos os educandos com deficiência, TEA e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal (Plano Distrital de Educação, Meta 4.11) diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa ou suplementa a formação dos estudantes, com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, apropriação de conhecimentos e socialização

(Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008).

O horário de atendimento na Sala de Recursos funciona durante a semana ou em um único dia no contra turno, com duração de 50 minutos (Estratégia de Matrícula, 2024, Portaria nº 1.305 21 de dezembro de 2023), aos estudantes com deficiências (Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Deficiências Múltiplas e Transtorno do Espectro Autista), atualmente há cerca de quarenta estudantes com necessidades educacionais especiais (ENEES) matriculados na escola e três estudantes com deficiência auditiva matriculados em acompanhamento pela Sala de Recursos e atendimento nos seus respectivos unidades de ensino especializadas (polos de atendimento),( Plano Distrital de Educação, Meta 4, Estratégia de Matrícula, 2024, Portaria nº 1.305 21 de dezembro de 2023).

#### **17.4 – Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário.**

A escola classe 100 possui em seu quadro de servidores efetivos dois servidores atuantes no cargo de Monitor de Gestão Educacional, o qual é de sua competência o suporte operacional às atividades de cuidado, higiene e estímulo de crianças no ambiente escolar.

O Programa Educador Social Voluntário – ESV tem como objetivo oferecer auxílio e melhorar o atendimento nas unidades que necessitam deste suporte como as de educação em tempo integral, que atendem a educação infantil e o ensino fundamental e de educação especial, com funções definidas em portaria própria publicada anualmente pela Secretaria de Educação.

Os voluntários que atuam na escola classe 100 são destinados exclusivamente para auxiliar os estudantes com necessidades educacionais especiais e/ou deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), no exercício das atividades diárias, no que tange à alimentação, locomoção e higienização. Contamos atualmente com 06 (seis) voluntários no turno matutino e 06 (seis) no turno vespertino.

### **17.5 – Biblioteca Escolar (Sala de Leitura)**

A sala de leitura é um espaço precioso considerando a leitura como fundamental no processo de aprendizagem e ampliação de conhecimentos e saberes do mundo. Também como um espaço diferente onde possam fazer a leitura e escolher livros, ter contato com um ambiente diferenciado.

Infelizmente a Escola Classe 100 teve que ceder metade do espaço da sala de leitura para a ocupação como sala de aula. Com isto, o atendimento ficou prejudicado e o espaço ficou para organização de sacolas literárias a serem distribuídas para cada turma, organização e distribuição dos livros didáticos, empréstimo aos professores que farão este trabalho com os estudantes, empréstimos para os planejamentos semanais das turmas, cuidado e organização dos livros literários. Turmas menores ainda poderão agendar horário para utilizar a sala de leitura.

### **17.6 – Conselho Escolar**

O conselho escolar nesta escola atua como dispositivo da gestão democrática, onde estipula-se a participação das comunidades escolar e local. Na LDB artigo 14, inciso 1º diz:

O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias:

- I - professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares;
- II - demais categorias de servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola;
- III - estudantes;
- IV - pais ou responsáveis;
- V – membros da comunidade local.

### **17.7 – Profissionais Readaptados**

Trabalham nesta unidade 3 profissionais readaptados, sendo: 2 da carreira magistério e 1 da carreira assistência. Trabalham também nessa UE 2 profissionais PCD's. A organização, atuação e carga horária de trabalho dos

servidores integrantes da Carreira Magistério Público, inclusive dos readaptados e PCDs estão contidas na portaria nº 14, de 11 de janeiro de 2021.

## **17.8 – Coordenação Pedagógica**

Conforme a OP do PPP (Orientação Pedagógica do Projeto Político-Pedagógico e Coordenação nas Escolas), a coordenação pedagógica nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, prevista em Portaria, é resultante de conquista política dos professores por meio de lutas históricas travadas durante anos, sob o argumento de que contribuiria para a melhoria da qualidade social da educação pública. O Distrito Federal é referência dessa conquista em relação aos demais estados e municípios brasileiros. A garantia desse espaço-tempo reflete o compromisso do Estado com a valorização e a profissionalização dos profissionais da educação (p. 29 e 30).

A Escola Classe 100 valoriza este espaço-tempo para garantir um trabalho coordenado onde os pares trocam experiências, produzem materiais, atividades, jogos pedagógicos, planejam intervenções, articulam conteúdos, realizam estudos, promovem reflexões, compartilham conhecimentos, participam de palestras, oficinas, formações continuadas, etc.

### **17.8.1 - Papel e atuação do Coordenador Pedagógico**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), as atribuições do coordenador estão aliadas à autonomia para organizar e orientar o trabalho pedagógico dentro da instituição de ensino, além de garantir nos variados setores que se faça uma gestão participativa e democrática. Ainda dentro da LDB, de 1996, o papel do coordenador pedagógico passou a ser como um articulador, aquele que transita entre expoentes que compõem a escola, formando vínculos entre docentes, alunos, famílias e o gestor.

A função do coordenador pedagógico é zelar, em parceria com demais profissionais de sua área, pela qualidade do ensino da instituição. Para isso, deve dar suporte ao trabalho dos professores, acompanhar os planejamentos, as avaliações e as intervenções que se fizerem necessárias. Incentivar e promover formações pedagógicas que sejam significativas para o contexto da escola. Acompanhar as reuniões coletivas semanais e os Conselhos de Classe. Orientar os profissionais sobre projetos. Disponibilizar as informações, tanto internas, quanto aos familiares dos estudantes. Promover o cumprimento do regimento escolar e auxiliar os professores em questões de indisciplina. Mediar conflitos e promover o constante diálogo com e entre demais colegas, os estudantes e as famílias. Além de outras. Neste ano, a Escola conta com a atuação de 03 (três) coordenadores designados da seguinte forma: 01 (um) para a Educação Infantil, 01 (um) para o Bloco Inicial da Alfabetização – BIA, 01 (um) para o 4º e 5º ano.

### **17.8.2 - Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica**

A Escola Classe 100 valoriza este espaço-tempo para garantir um trabalho coordenado onde os pares trocam experiências, produzem materiais, atividades, jogos pedagógicos, planejam intervenções, articulam conteúdos, realizam estudos, promovem reflexões, compartilham conhecimentos, participam de palestras, oficinas, formações continuadas, etc.

### **17.8.3 - Valorização e formação continuada dos profissionais da educação**

Os profissionais participam de formações durante o ano letivo, nas terças-feiras ou nas quintas-feiras, no horário da coordenação. Essas formações, geralmente, são ministradas pelos profissionais da EAPE, ou da UNIEB/ CRE de Santa Maria de forma presencial, híbrida, ou a distância (EAD). Costumam aplicar as aprendizagens com os estudantes da sua turma, além de compartilhar com os colegas.

## **18 - ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS**

### **18.1 - Redução do abandono, evasão e reprovação**

O planejamento conta com estratégias que incluem atividades lúdicas, projetos, sequências e adequações conforme o nível de aprendizagem dos estudantes, visando incentivar o avanço nas aprendizagens e o gosto pelos estudos.

A escola também faz parte do Programa Superação que faz um trabalho diversificado com os estudantes em defasagem idade/série de dois anos ou mais, oportunizando avanços. Participam do programa 11 (onze) alunos e estão distribuídos da seguinte forma: 2 estudantes de 3º ano, 5 estudantes de 4º ano e 4 estudantes de 5º ano, que são atendidos de forma individualizada pelos professores regentes, procurando atender ao currículo específico do programa.

### **18.2 - Recomposição das aprendizagens**

Após as avaliações das aprendizagens, os testes da psicogênese (BIA) e os testes de leitura e escrita (4º e 5º ano), os resultados são analisados para traçar estratégias e organizar o planejamento na intenção de atender às necessidades de intervenções e recomposição das aprendizagens. Propõe-se também a “curadoria”, como estratégia metodológica proposta pelo Fórum Permanente de Avaliação da CRE de Santa Maria, que constitui na reorganização curricular para um planejamento de aula a partir dos resultados das avaliações de desempenho da rede (seja no âmbito nacional, distrital, ou regional).

### **18.3- Desenvolvimento da Cultura de Paz**

O Projeto Sustentabilidade que será desenvolvido ao longo do ano letivo também aborda a sustentabilidade das relações humanas, a cultura da paz pautada no respeito às diferenças, na valorização do diálogo como forma de resolução de conflitos, na busca constante de um mundo melhor para se viver e conviver citados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 16:

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (ODS nº 16).

#### **18.4 - Qualificação da transição escolar**

Na transição das crianças que vêm do lar para a escola, Educação Infantil, existe um período de adaptação de quinze dias, onde a família vem buscá-las antes para que sintam-se mais seguras. As atividades são organizadas de forma a entretê-las e envolvê-las de forma carinhosa e acolhedora. A família também está em transição, assim, também é acolhida.

A transição da Educação Infantil para o 1º ano acontece de forma simbólica: o evento da Formatura.

Para o 4º e 5º ano acontece a Bidocência. Neste ano não houve a adesão de todas as turmas justificado por serem turmas pares com uma formação diferente: turma cheia e turma de integração inversa com estudantes com dificuldade com mudança de rotina e também por necessitar de acompanhamento constante pela professora que também tem outras especificidades na própria turma. As turmas de 5º ano costumam ter acompanhamento da Orientação Educacional e próximo ao final do ano letivo ocorre reunião com a família, com profissionais de escolas de séries finais, além de visita dos estudantes ao CEF 201, acompanhados pelos docentes e outros profissionais da UE.

### **19- PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PPP**

#### **19.1 – Gestão pedagógica**

Abrange processos e práticas de gestão do trabalho pedagógico, orientados diretamente para assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes, em consonância com o Projeto Político Pedagógico da escola.



## **19.2- Gestão de Resultados Educacionais**

Abrange processos e práticas de gestão para a melhoria dos resultados de desempenho da escola – rendimento, frequência e proficiência dos estudantes.

## **19.3 – Gestão Participativa**

Abrange processos e práticas que respondam ao princípio da gestão democrática do ensino público. Envolve: a atuação de órgãos colegiados – conselhos escolares, APM, grêmios estudantis; o estabelecimento de articulações e parcerias e a utilização de canais de comunicação com a comunidade escolar.

## **19.4 – Gestão de pessoas**

Abrange processos e práticas de gestão, visando ao envolvimento e compromisso das pessoas (professores e demais profissionais, pais, mães e estudantes) com o Projeto Político Pedagógico da escola. Envolve: a integração dos profissionais da escola, pais, mães, responsáveis e estudantes; o desenvolvimento profissional contínuo; o clima organizacional; a avaliação do desempenho; a observância dos direitos e deveres; a valorização e o reconhecimento do trabalho escolar.

## **19.5 – Gestão Financeira**

Abrange os processos de planejamento, aplicação e prestação de contas dos recursos públicos oriundos de diferentes fontes para garantir a implementação de políticas e programas educacionais.

## **19.6 – Gestão Administrativa**

Abrangem os processos de gestão de materiais, de estrutura física, patrimônio entre outros.

## **20 - PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP**

### **20.1 – Avaliação coletiva**

A avaliação do PPP deve ser feita de maneira coletiva e deve ser utilizada a fim de subsidiar a análise do trabalho escolar nas diferentes áreas de gestão: pedagógica, das aprendizagens, participativa, de pessoas, financeira e administrativa.

### **20.2 - Periodicidade**

A avaliação do PPP será realizada na Semana Pedagógica e nos dias letivos temáticos, momentos destinados ao planejamento com a comunidade escolar, buscando alcançar as metas pré-estabelecidas e a qualidade tão almejada no ensino público.

### **20.3 - Procedimentos e instrumentos**

Na concepção de avaliação da SEDF “a avaliação, na condição de uma das categorias da organização do trabalho pedagógico na escola e da escola”, esta deverá ser permanente, nos momentos de coletividade da escola, por meio de instrumentos como fichas, questionários, reuniões e assembleias.

## 21- REFERÊNCIAS

BRASIL. **Compromisso Todos Pela Educação** - Diretrizes. Brasília. MEC/SEB 2007- Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4a ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. **Educação Inclusiva: a fundamentação filosófica**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. 1996**.

BRASIL. Ministério da Educação (2001). **Lei de diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação (2002). **Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**: subsídios para os sistemas de ensino, na reflexão de seus atuais modelos de avaliação. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação (2006). **Saberes e Práticas da Inclusão** - Avaliação para Identificação das Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Assessoria de Comunicação Social do FNDE. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/hortas-escolares> Acesso em 20/03/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF. 2008.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTRO, Célia Romea. Linguagem oral e escrita na educação infantil. In: **LLEIXA**, Arribas Teresa (Org.). **Educação infantil: Desenvolvimento, currículo e organização escolar**. 5. Ed. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CRIBB, S. L. de S. P. **Contribuições da educação ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente**. REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente, 2010. DIAS, F. G. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1992.

DELORS, **Jacques e outros (1998): Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, MEC, UNESCO.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal: Educação Infantil 4 e 5 anos**. Secretaria de Estado de Educação. 3. ed. Brasília. DF. 2008.

DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes de Avaliação Educacional**. Secretaria de

DISTRITO FEDERAL. **Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal 2009/2013**. Secretaria de Estado de Educação. Brasília-DF: DISTRITO FEDERAL. **Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental Séries e Anos Iniciais**. Secretaria de Estado de Educação. Brasília-DF: Subsecretaria de Educação Básica, 2008.

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal (2010). **Orientação Pedagógica: Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem**. Brasília: SEEDF.

DISTRITO FEDERAL. **Orientação Pedagógica**. Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2014.

DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. 4a Ed. Secretaria de Estado de Educação. Brasília-DF: Subsecretaria de Educação Pública, 2006.

Estado de Educação do Distrito Federal, 2014.

FERRARI, Eliana Moysés Mussi. **Roteiro para elaboração de Proposta Pedagógica**. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2006.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Madrid: Artes Médicas, 1988. FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: EGA, 1996.

FRIGIERI, Felipe Furtado, “**compostagem caseira**” 06/01/2012. Disponível em [http://cnpmf.embrapa.br/publicacoes/circulares/circular\\_76.pdf](http://cnpmf.embrapa.br/publicacoes/circulares/circular_76.pdf). Acesso em 02/de abril de 2016.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**, 2.ed. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire.

GALLO, S. **Transversalidade e meio ambiente**. In: Ciclo de palestras sobre o meio ambiente. Brasília: MEC/SEF, 2001.

LERNER, Délia. **Ler na escola: o real, o possível e o necessário**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIMA, E. S. **As aprendizagens escolares na educação infantil**. Pátio Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, ano VIII, março/junho, 2009.

LIMA, Priscila Augusta. VIEIRA, Therezinha. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PERRENOUD, Phillip. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação da democracia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PIAGET, J. **A teoria de Jean Piaget**. In: CARMICHAEL, Leonardo. **Manual de Psicologia da criança**, São Paulo: E.P.U./ Edusp, 1977.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de; VEIGA, Ilma Passos A. (orgs.). **Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1994.

UNESCO & MEC-Espanha. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação**. Brasília: Corde, 1994.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas: Papirus.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia pedagógica**. Trad.Cláudia Schilling - Porto Alegre: Artmed, 2003.

XAVIER, Maria Luizam, F.; DALLA ZEN, Maria Isabel. **Planejamento em destaque**. Porto Alegre: Mediação (2008)

## **22 - APÊNDICES**

### **Projeto de leitura**

#### **Justificativa**

Quando as crianças entram na escola, a sua leitura de mundo (Freire,1982, p.11) já está bastante desenvolvida. Na escola aprendem um novo modo de construção de significados pelo reconhecimento de palavras, letras, formas, e sons que representam.

Ler é decifrar, compreender e interpretar o que está escrito e isso depende do que o leitor conhece antes de se aproximar do texto (CASTRO, 2004, P.196).

O contato frequente com situações de leitura incentiva e desperta o interesse das crianças pela leitura, amplia o seu repertório para produções orais e escritas, desenvolve a criatividade, a imaginação, estimula a habilidade da fala e da escuta. Também proporciona momentos para reflexões e conhecimento mais amplo do mundo e de sua diversidade social e cultural.

Segundo Lerner (2002, p.73):

Ler é entrar em outros mundos possíveis. É indagar a realidade para compreendê-la melhor, é se distanciar do texto e assumir uma postura crítica frente ao que se diz e ao que se quer dizer, é tirar carta de cidadania no mundo da cultura escrita.

#### **Problematização**

Os estudantes têm demonstrado dificuldade em realizar uma leitura fluente, e também na interpretação de textos. Além da leitura em sala e dos empréstimos de livros da sala de leitura, a escola tem promovido poucos momentos diversificados com foco na leitura envolvendo todos os estudantes.

#### **Objetivo geral**

Desenvolver habilidades e competências relacionadas à leitura através de atividades que despertem o interesse dos estudantes em ler.

## **Objetivos específicos**

- Desenvolver o hábito da leitura.
- Participar de momentos de leitura e/ou dramatizações.
- Ouvir histórias.
- Recontar histórias, por escrito e oralmente.
- Ler e interpretar histórias, oralmente e por escrito.
- Desenvolver a linguagem oral e escrita.
- Ler para alguém.
- Compreender o que leu.
- Representar histórias.
- Enriquecer o vocabulário.
- Desenvolver senso crítico.

## **Desenvolvimento/cronograma**

### **1º bimestre**

- Promover momentos de leitura/ contação de histórias como rotina diária, feita pelos professores, coordenadoras, ou pela supervisora.
- Ações e empréstimo de livros pela sala de leitura, semanalmente, para todas as turmas.
- Cantinho da leitura, em sala.
- Atividades na sala de informática, no horário semanal de cada turma.
- Participar do soletrando. Turmas do 3º, 4º e 5º ano.
- Dramatizar histórias regularmente para os estudantes.



- Participação dos estudantes, na hora cívica realizada todas as segundas-feiras, realizando leituras de poemas, trava-línguas, parlendas, etc. Também poderão fazer apresentações teatrais, ou de músicas.

## **2º bimestre**

- Leitura diária como rotina inicial da aula.
- Cantinho da leitura, em sala.
- Atividades na sala de informática, no horário semanal de cada turma.
- Promover momentos de leitura/ contação de histórias, envolvendo outras pessoas da escola, ou convidados.
- Participação dos estudantes, na hora cívica realizada todas as segundas-feiras, realizando leituras de poemas, trava-línguas, parlendas, etc. Também poderão fazer apresentações teatrais, ou de músicas.
- Participar de momentos de leitura coletiva (escola toda) a cada quinze dias, do lado de fora das salas.
- Ações e empréstimo de livros pela sala de leitura, semanalmente, para todas as turmas.
- Participar do soletrando. Turmas do 3º, 4º e 5º ano.

## **3º bimestre**

- Leitura diária como rotina inicial da aula.
- Cantinho da leitura, em sala.
- Atividades na sala de informática, no horário semanal de cada turma.
- Promover momentos de leitura/ contação de histórias, envolvendo outras pessoas da escola, inclusive estudantes do 4º e 5º ano, ou convidados.
- Participar de momentos de leitura coletiva (escola toda) a cada quinze dias.

- Ações e empréstimo de livros pela sala de leitura, semanalmente, para todas as turmas.
- Proporcionar momentos de apresentações, leitura e dramatizações na hora cívica (pelos estudantes).

#### **4º bimestre**

- Leitura diária como rotina inicial da aula.
- Cantinho da leitura, em sala.
- Atividades na sala de informática, no horário semanal de cada turma.
- Promover momentos de leitura/contação de histórias, envolvendo outras pessoas da escola, inclusive estudantes do 4º e 5º ano, ou convidados.
- Ações e empréstimo de livros pela sala de leitura, semanalmente, para todas as turmas.
- Participar do soletrando. Turmas do 1º e 2º ano.
- Proporcionar momentos de apresentações, leitura e dramatizações na hora cívica (pelos estudantes).

#### **Avaliação**

Avaliação será através das observações e registros, feitos pelos professores, de análise de leitura, interpretação e de produções textuais escritas e orais, e de avaliações formativas.

Além de avaliação da leitura do estudante, feita pelas coordenadoras e/ou supervisora.

#### **Referências**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Brasília: MEC/SEF, 1996.

CASTRO, Célia Romea. Linguagem oral e escrita na educação infantil. In: **LLEIXA**, Arribas Teresa (Org.). **Educação infantil: Desenvolvimento, currículo e organização escolar**. 5. Ed. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

LERNER, Délia. **Ler na escola: o real, o possível e o necessário**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

XAVIER, Maria Luizam, F.; DALLA ZEN, Maria Isabel. **Planejamento em destaque**. Porto Alegre: Mediação (2008)



---

## Projeto sustentabilidade

### **Justificativa**

Desde pequenas as crianças demonstram interesse e curiosidade em saber sobre o mundo em que vivem. Querem saber o sentido das coisas. Estão ansiosas pela aprendizagem, e esta, sempre é mais significativa na prática.

“As crianças precisam vivenciar, experimentar, conhecer. “A vivência impregna mais do que o discurso”. (GADOTTI, 2012, p. 102).

Para fazer deste um mundo melhor, é preciso conhecer e respeitar todas as formas de vida. Saber que tudo está ligado de alguma forma, e que a destruição de uma delas pode afetar todas as outras. Educar para uma vida sustentável. “Sustentabilidade tem a ver com a relação que mantemos com nós mesmos, com os outros e com a natureza.” GADOTTI, 2012, p.77).

O cuidar é fundamental para a manutenção da vida, para a manutenção da paz, para um futuro possível.

O professor deve adequar as propostas que pretende desenvolver em sala de aula, de maneira a tornar a aprendizagem significativa para o aluno. Deve existir uma profunda relação entre a teoria e a prática, para que se estabeleça uma reflexão crítica sobre o que se ensina e se aprende e essa reflexão é necessária para que a teoria não se torne sem sentido e a prática uma mera atividade de repetição (FREIRE, 1996).

Conforme o Currículo em Movimento da Educação Básica do DF – Pressupostos Teóricos: “Almeja-se que as pessoas e ou grupo social que comungam do espaço escolar se reconheçam como sujeitos de direitos, capazes de exercê-los e promovê-los ao mesmo tempo em que respeitem os direitos do outro. Busca-se, portanto, desenvolver a sensibilidade ética nas relações interpessoais e com todas as formas de vida. Nesse horizonte, a finalidade da Educação em e para os Direitos Humanos é a formação na e pela vida e convivência” (2014, p. 56).

### **Problematização**

- Vivemos num mundo onde há muita violência que, na maioria das vezes, é gerada pela intolerância, pelo preconceito, pelo desrespeito ao próximo.
- Nosso planeta sofre as consequências de muita exploração, muito desperdício dos recursos naturais e a falta de cuidado com as formas de vida e com o meio ambiente.

## **Objetivo geral**

- Adquirir conhecimentos para desenvolver relações sustentáveis com os outros e com a natureza; educação para o desenvolvimento sustentável.

## **Objetivos específicos**

- Promover uma cultura de paz.
- Valorizar e respeitar toda forma de vida, humana ou não.
- Desenvolver noções sobre regras de convivência (cuidado com os outros).
- Adquirir hábitos de higiene e alimentação saudável e cuidados com a saúde (cuidados consigo mesmo).
- Sensibilização quanto aos cuidados com os seres vivos que fazem parte do nosso mundo (cuidados com a natureza).
- Desenvolver hábitos de redução do desperdício de recursos naturais, e outros.
- Desenvolver hábitos de cuidado com o meio onde vive.
- Conhecer a origem e cultura do povo brasileiro, para respeitar e preservar a sua história, para respeitar as diferentes e diversas manifestações culturais.

## **Desenvolvimento/ Cronograma**

### **1º bimestre**

- Convívio saudável
- Regras e combinados da turma (conversar, opinar, decidir, registrar).
- Palavras mágicas (música).
- Conhecer o nome dos colegas (fichas dos nomes das crianças).
- Ouvir, assistir ou ler histórias sobre respeito, amizade, cooperação, aceitação, não ao bullying.
- Realizar atividades, jogos ou brincadeiras, em grupo ou colaborativas.

- Trabalhar a semana Distrital da Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva (04 a 08/03).

- Saúde

- Mosquito da dengue, chikungunya, zica, febre amarela...

- Aprender sobre a prevenção. Cuidados e responsabilidade de cada um para que o mosquito não se desenvolva.

- Observar os arredores da escola para observar se existem locais onde se joga lixo ou entulho.

- Estudar sobre o descarte correto do lixo.

- Trabalhar a semana de conscientização do uso da água (18 a 23/03).

- Iniciar os trabalhos do projeto horta, pomar e jardins.

- Iniciar trabalhos de coleta de resíduos orgânicos para as composteiras.

- Iniciar coleta de alguns recicláveis.

- Iniciar a coleta de sobras de papel.

- Iniciar trabalhos de conscientização para economia de água, comida, papel, energia e outros.

## **2º bimestre**

- Semana de Educação para a vida (06 a 10/05)

- Semana do brincar (20 a 24/05) trabalhar o resgate de brincadeiras folclóricas.

- Cultura popular

- Festa junina com o tema: **Biomass do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais** (tema da Feira de Ciências).

Biomass do Brasil: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e o Pampa.

- Aprender sobre o folclore brasileiro, suas origens, sua riqueza.

- Participar de atividades sobre o folclore brasileiro. Danças, festas, ditados, parlendas, trava-línguas, lendas, contos, músicas, comidas típicas, brinquedos e brincadeiras, etc..
- Projeto horta, pomar e jardins.
- Coleta de resíduos orgânicos para as composteiras.
- Coleta de alguns recicláveis.
- Coleta de sobras de papel.
- Conscientização para economia de água, comida, papel, energia e outros.

### **3º bimestre**

- Feira de ciências (14/08)

Tema: **Biomassas do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais.**

Biomassas do Brasil: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e o Pampa.

- Semana do Cerrado (05 a 11/10). Conhecer mais sobre o ambiente em que estamos inseridos, para respeitar e cuidar.
- Projeto horta, pomar e jardins.
- Coleta de resíduos orgânicos para as composteiras.
- Coleta de alguns recicláveis.
- Coleta de sobras de papel.
- Conscientização para economia de água, comida, papel, energia e outros.

### **4º bimestre**

- Projeto horta, pomar e jardins.
- Coleta de resíduos orgânicos para as composteiras.
- Coleta de alguns recicláveis.

- Coleta de sobras de papel.
- Conscientização para economia de água, comida, papel, energia e outros.

### **Avaliação**

A avaliação será feita ao longo do ano observando as relações entre a comunidade escolar, da redução do desperdício de recursos, se houveram mudanças nos cuidados consigo, com o outro e com o ambiente em que vive.

### **Referências**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Brasília: MEC/SEF, 1996.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento da educação Básica**: Pressupostos Teóricos: Brasília: SEEDF, 2014.

**GADOTTI**, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**, 2.ed. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2012, p.77 e 102.

---

## **PROJETO HORTA**

### **Justificativa**

Promover ações que envolvam a comunidade escolar em atividades onde todos participem, acompanhem, investiguem, experimentem, pratiquem. Acreditamos que as crianças possam se tornar agentes de transformação, por meio de aprendizagens práticas desenvolvidas na escola.

Segundo Cribb (2010), ao cuidar da horta escolar os estudantes adquirem novos hábitos, valores e até formas de pensar; repensam suas atitudes e propagam os conhecimentos adquiridos, que se refletem no ambiente familiar, fazendo com



que os integrantes da família também sejam atingidos e cobrados pela mudança de comportamento.

O trabalho com a horta escolar também promove a interação dos conteúdos das diversas disciplinas, propiciando a interdisciplinaridade, a qual contribui para que haja um melhor entendimento dos estudantes em relação aos temas tratados, permitindo assim o desenvolvimento de uma visão ampla da questão ambiental, nutricional e de produção de alimentos. Confirmando assim, Gallo (2001, p.31) expressa que:

...o sentido geral da interdisciplinaridade é a consciência da necessidade de um interrelacionamento explícito entre as disciplinas todas.

### **Problematização**

Descaso com o meio ambiente; descarte incorreto de resíduos orgânicos; recusa de consumo de alimentos saudáveis, desconhecimento das práticas do plantio.

### **Objetivo geral**

- Desenvolver atividades práticas que mudem os hábitos na escola e na comunidade.

### **Objetivos específicos**

- Aprender a manusear o solo e conhecer meios de adubação orgânica;
- Aprender sobre sementes e mudas;
- Semear e replantar mudas de hortaliças e plantas medicinais;
- Aprender sobre as propriedades medicinais de algumas plantas;
- Montar um canteiro aromático;
- Aprender sobre animais de jardim, e respeitá-los como parte importante da natureza;
- Interagir com elementos da natureza;
- Coletar resíduos orgânicos e fazer compostagem;
- Conhecer e identificar árvores frutíferas e suas frutas;
- Conhecer e valorizar alimentos saudáveis;
- Trabalhar em equipe;
- Respeitar o espaço do outro.

## **Desenvolvimento/ Cronograma**

A escola possui seis canteiros disponíveis para o plantio e estudos relacionados ao solo, plantas, animais de jardim, necessidades das plantas, medidas de tempo, de comprimento, de massa, etc.

Também possui um pomar com diversas árvores frutíferas.

O planejamento anual da Educação Infantil prevê atividades fora de sala envolvendo muitas interações com a natureza, a exploração da horta será um excelente recurso nesta aventura.

Algumas turmas de BIA também irão explorar atividades da horta como atividades complementares para diversas disciplinas.

Limpeza dos canteiros: segunda quinzena de março.

Início do plantio: primeira quinzena de abril.

As atividades serão mantidas ao longo do ano fazendo rotação de culturas, para as crianças conhecerem diferentes cultivos.

Todo o processo, do plantio a colheita será feito pelas crianças com o apoio e orientação dos professores e supervisora. As crianças levarão a colheita para casa, o fruto do seu trabalho.

## **Avaliação**

Todas as atividades realizadas em anos anteriores apresentaram resultados positivos quanto à aprendizagem e ao desenvolvimento de novas atitudes em relação ao outro e ao ambiente. As crianças já estão ansiosas para começarem os trabalhos deste ano de 2024.

## **Referências**

**BRASIL.** Ministério da Educação e Cultura, Assessoria de Comunicação Social do FNDE. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/hortas-escolares>  
Acesso em 20/03/2024.

**CRIBB**, S. L. de S. P. Contribuições da educação ambiental e horta escolar na promoção de melhorias ao ensino, à saúde e ao ambiente. REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente, 2010. DIAS, F. G. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: EGA, 1996.

**FRIGIERI**, Felipe Furtado, “compostagem caseira” 06/01/2012. Disponível em [http://cnpmf.embrapa.br/publicacoes/circulares/circular\\_76.pdf](http://cnpmf.embrapa.br/publicacoes/circulares/circular_76.pdf). Acesso em 02/de abril de 2016.

**GADOTTI**, Moacir, 2012. Educar para a sustentabilidade, 2.ed. São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, p.102.

**GALLO**, S. Transversalidade e meio ambiente. In: Ciclo de palestras sobre o meio ambiente. Brasília: MEC/SEF, 2001.

## Anexos







## **Projeto Sala de Informática como estratégia de intervenção pedagógica**

### **Objetivo geral:**

- Utilizar os recursos digitais e tecnológicos disponíveis na escola como estratégia de intervenção pedagógica de forma a aprimorar o processo de ensino-aprendizagem.

### **Objetivos específicos:**

- Promover o desenvolvimento de habilidades digitais como previsto na BNCC.
- Criar um ambiente estimulante que motive os alunos a se engajarem ativamente no aprendizado.
- Melhorar o processo de ensino e aprendizagem, por meio do uso dos recursos digitais e tecnológicos.
- Oportunizar um espaço de aprendizagem de maneira lúdica e prazerosa.
- Explorar os jogos disponíveis pelo software Linux Educacional de forma adaptá-los aos conteúdos educacionais previstos no currículo.

### **Apresentação**

Vivemos em uma era digital em constante evolução. Uma era onde as tecnologias digitais se transformam muito rapidamente. Uma era onde esse dinamismo é o contexto dos nossos estudantes.

Partindo do pressuposto de que as novas tecnologias digitais são naturalmente atrativas para os alunos, compreende-se que o uso delas no ambiente escolar possibilita um aprendizado mais envolvente e motivador.

Ao propor o uso da sala de informática como estratégia pedagógica de intervenção de aprendizagem, pretende-se, além de oportunizar o contato com as tecnologias digitais em si, uma maior participação e interesse dos estudantes nas atividades educacionais.



O laboratório de informática, que já se mostra como um espaço disponível na escola, com toda a estrutura necessária (ainda que com equipamentos que poderiam ser considerados obsoletos) se consolida como alternativa, ou complemento para as estratégias de intervenção pedagógica tão necessárias aos estudantes, em especial num contexto pós -pandemia.

Os jogos pedagógicos disponíveis (Gcompris e Tux Math) através do software Linux Educacional, que está instalado em todos os computadores do laboratório, permitem adaptar o conteúdo da sala de aula às necessidades individuais de cada aluno, oferecendo assim experiências de aprendizado personalizadas ajudando os alunos a progredir em seu próprio ritmo.

---

### **Orientação Educacional (OE) – Plano de ação**

A Orientação Educacional é um serviço voltado para o acompanhamento dos Profissionais da Educação, das famílias e dos estudantes quanto ao processo de ensino-aprendizagem e das relações humanas que os cercam, ou seja, uma especialidade que orienta, assiste e coordena as ações dos elementos significativos da escola, também atua junto aos aspectos psicopedagógicos, sociais e emocionais dos estudantes, estimulando o autoconhecimento, a autoestima e a autonomia visando promover o respeito às diferenças, a cultura de paz e a tolerância tanto no ambiente escolar quanto nas demais áreas sociais.

A Orientação Educacional tem por objetivo a análise crítica da realidade social, política e econômica da comunidade escolar, visando através dos dados observados verificar as demandas necessárias a serem trabalhadas, colabora com a formação integral dos estudantes, articulada com as diversas instâncias da Unidade de Ensino, bem como a inclusão e o fortalecimento dos Direitos Humanos e o exercício da Cidadania, promovendo espaços para o diálogo entre o gestores, docentes, discentes, família e a comunidade ao qual estão inseridos com o intuito de promover a humanização do processo de ensino-aprendizagem.

Os documentos norteadores da Orientação Educacional são a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional – OP, os Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, a Pedagogia Histórico-crítica (Demerval Saviani) e a Psicologia Histórico-cultural (Lev Vygotsky) que definem a intencionalidade política e formativa da instituição e da Comunidade Escolar, o Caderno Orientador de Convivência e Cultura de Paz, o Caderno Orientador da Transição, Diretrizes Pedagógicas da SEEDF, Guia de Valorização da Vida, Regimento da Rede Pública das Escolas da SEEDF e a Organização do Trabalho da Orientação Educacional de 2024 – OTP.

O Pedagogo – Orientador Educacional desenvolve várias atividades que contribuem para a construção de uma escola democrática, reflexiva e cidadã, conhecendo a comunidade escolar, identificando suas possibilidades, seus interesses e suas necessidades através da escuta ativa, e neste sentido, possibilitar a aprendizagem dos estudantes como um ser em constante transformação, acolhendo, ouvindo e desenvolvendo com os mesmos uma relação de confiança.

Importante ressaltar a Ficha Profissiográfica da Orientação Educacional de 2013, que registra as atividades do pedagogo-orientador educacional onde o mesmo realiza aplicação metodológica para facilitar o processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes, planejando, coordenando e implementando os projetos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes, viabilizando o trabalho coletivo e facilitando o processo de diálogo com a comunidade escolar, participando da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, Mapeamento Institucional, Conselho de Classe, Estudo de Caso, acompanhamento da frequência dos estudantes, busca ativa dos mesmos e se aprimorando através da sua Formação Continuada.

O POE trabalha buscando também, parcerias com as Redes de Apoio fazendo articulações com os Setores Governamentais com intuito de atender às necessidades dos estudantes relacionadas às áreas de saúde, principalmente à Saúde Mental.

Em relação ao mundo do trabalho, o pedagogo-orientador educacional atenta-se às questões sociais, bem como as formas de acessibilidade ao Ensino Superior e a Educação Profissional.

**METAS:**

- ✓ Estruturação do espaço físico para um atendimento efetivo e eficaz;
- ✓ Organização e utilização dos instrumentos de registros para a sistematização e realização do trabalho da Orientação Educacional;
- ✓ Mapeamento para análise da realidade da escola;
- ✓ Promoção da identidade do trabalho da Orientação educacional, estabelecendo comunicação ativa e atualizada com a comunidade escolar a respeito das ações da Orientação Educacional;
- ✓ Ações educativas individuais e ou coletivos com acompanhamento à comunidade escolar em geral;
- ✓ Ações preventivas e reflexivas que contribuirão no processo de ensino-aprendizagem nas diversas instâncias da escola e da sociedade de forma autônoma e efetiva;
- ✓ Reduzir os índices de infrequência na escola;
- ✓ Promoção da análise reflexiva e o diálogo problematizador da convivência escolar;
- ✓ Fomentar ações que contribuam para a promoção, garantia e defesa dos direitos da criança, do adolescente e adultos;
- ✓ Integração família-escola-comunidade;
- ✓ Atenção pedagógica individualizada e ou coletiva de acolhimento às famílias, mediando situações-problemas/desafios apresentados;
- ✓ Intervenção e acompanhamento na mediação de conflitos;
- ✓ Ações que possibilitam o acompanhamento, participação e articulação com profissionais de educação e demais instâncias da escola nas atividades pedagógicas;
- ✓ Conceder possibilidades que ajudem os estudantes e seus familiares numa transição escolar tranquila e equilibrada para que estes se sintam seguros no novo meio social em que serão inseridos.



## **INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS:**

- ✓ Efetivação do trabalho da O.E: instrumentos de registro, relatório semestral da O.E.
  - ✓ Número e recebimento de demandas.
  - ✓ Avaliação contínua e processual de acordo com os projetos desenvolvidos por meio de devolutivas, Conselho de Classe, coletivas, avaliação institucional e escolas de transição escolar.
  - ✓ Devolutivas apresentadas pelo corpo docente.
  - ✓ Devolutivas e evoluções dos estudantes atendidos.
  - ✓ Devolutivas dos responsáveis pelos estudantes.
  - ✓ Avaliação em parceria com a equipe pedagógica de acordo com as devolutivas apresentados em coletivas institucionais realizadas.
  - ✓ Observação das realizações das ações e projetos elencados nesse plano de ação.
  - ✓ Retorno das ações do Conselho de Tutelar via SEI.
- 

### **Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/SR) – Plano de Ação**

O Atendimento Educacional Especializado (Resolução do CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001) preocupa-se em possibilitar ao estudante com diagnóstico de deficiência intelectual (DI), deficiência física (DF), deficiências múltiplas (DMU) e transtorno do espectro autista (TEA), (Estratégia de Matrícula, 2024, Portaria nº 1.305 21 de dezembro de 2023) o reconhecimento e atendimento às suas particularidades, ofertando-lhe suporte necessário para o seu pleno desenvolvimento, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

O trabalho a ser desenvolvido por meio de Ações da Sala de Recursos para o ano letivo de 2024 fundamenta-se no princípio da Atenção à Diversidade e qualidade de ensino oferecido aos estudantes com deficiências, tendo por objetivos integrá-los na comunidade esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do possível

no sistema geral de educação (Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394/96, Constituição Federal e Estatuto da Inclusão) relacionado aos aspectos cognitivo, motor, social, afetivo ou emocional. As atividades que serão desenvolvidas terão metodologias e estratégias diferenciadas, para que os mesmos possam apropriar-se daquilo que realmente necessitam.

Esse plano de ação vai ao encontro de metas e objetivos que norteiam o fazer pedagógico no âmbito da SEDF, como o objetivo quatro, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa uma “Educação de qualidade, assegurando a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, para todos”. (Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Brasil, 2023). Dessa forma, esse plano de ação pretende apresentar o planejamento das ações a serem desenvolvidas por esta equipe ao longo do ano de 2024 na Escola Classe 100 de Santa Maria, em consonância com o Currículo em Movimento da SEDF, que defende o direito à aprendizagem, para todos, ampliando tempos, espaços e oportunidades. (Currículo em Movimento da Educação Básica, Brasília, 2018).

O atendimento educacional especializado identifica, organiza e propõe recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais, generalista e específico, nas formas complementar e suplementar, a todos os educandos com deficiência, TEA e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino do Distrito Federal (Plano Distrital de Educação, Meta 4.11) diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa ou suplementa a formação dos estudantes, com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela, apropriação de conhecimentos e socialização (Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008).

O horário de atendimento na Sala de Recursos funciona durante a semana ou em um único dia no contra turno, com duração de 50 minutos (Estratégia de Matrícula, 2024, Portaria nº 1.305 21 de dezembro de 2023), aos

estudantes com deficiências (Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Deficiências Múltiplas e Transtorno do Espectro Autista), atualmente há cerca de quarenta estudantes com necessidades educacionais especiais (ENEES) matriculados na escola e três estudantes com deficiência auditiva matriculados em acompanhamento pela Sala de Recursos e atendimento nos seus respectivos unidades de ensino especializadas (polos de atendimento),( Plano Distrital de Educação, Meta 4, Estratégia de Matrícula, 2024, Portaria nº 1.305 21 de dezembro de 2023)

Algumas funções da Sala de Recursos, descritas na Orientação Pedagógica 2024 são:

- \* Operacionalizar as complementações curriculares específicas necessárias à educação dos estudantes com deficiência, no que se refere ao manejo de materiais adaptados e à escrita alternativa, quando necessário;

- \* Atuar como docente nas atividades de complementação ou de suplementação curricular específica;

- \* Promover as condições de inclusão desses estudantes em todas as atividades da instituição educacional;

- \* Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;

- \* Participar do processo de identificação e de avaliação pedagógica das necessidades especiais e tomadas de decisões quanto ao apoio especializado necessário para o estudante;

- \* Preparar material específico para o uso do estudante juntamente com o professor regente;

- \* Orientar a elaboração de material didático-pedagógico que possa ser utilizados pelos estudantes nas classes comuns do ensino regular;

- \* Responsabilizar-se junto aos docentes pela garantia da realização das adequações curriculares necessárias ao processo educacional do estudante com necessidade educacional especial;

- \* Fortalecer a autonomia do estudante a fim de levá-lo a ter condições de decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações;

\* Propiciar a interação dos estudantes em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação;

\* Orientar o professor da classe comum sobre as estratégias que favoreçam a autonomia e o envolvimento do estudante em todas as atividades propostas ao grupo;

\* Promover a inserção dos recursos tecnológicos de informação e de comunicação alternativa no espaço da sala de aula;

\* Realizar adequações de materiais didáticos pedagógicos para atender as necessidades dos estudantes;

\* Ofertar suporte pedagógico aos estudantes, facilitando-lhes o acesso aos conteúdos desenvolvidos em classe Comum e turmas de Integração Inversa.